



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL		
EVENTO: Mesa Redonda	Nº: 1351/12	DATA: 17/10/2012
INÍCIO: 09h59min	TÉRMINO: 12h58min	DURAÇÃO: 02h59min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h59min	PÁGINAS: 57	QUARTOS: 36

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

CESÁRIO MELANTONIO NETO - Embaixador e representante brasileiro para Assuntos do Oriente Médio.  
HUSSEIN ALI KALOUT - Assessor Internacional do STJ.  
THIAGO DE ARAGÃO - Consultor e Estrategista Internacional.  
PATRÍCIA TOLMASQUIM - Representante da B'nai B'rith e da Federação Israelita do Estado do Rio de Janeiro.  
ARNALDO CARRILHO - Embaixador brasileiro;  
SOCORRO GOMES - Membro do Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos e Luta pela Paz — CEBRAPAZ e Presidente do Conselho Mundial da Paz — CMP.  
BRASIL HELOU - Engenheiro civil.  
LEJEUNE MIRHAN - Presidente do Sindicato dos Sociólogos do Estado de São Paulo (Brasil). Escritor, arabista e professor membro da Academia de Altos Estudos Ibero-Árabe de Lisboa, Membro da International Sociological.

SUMÁRIO: Ciclo de debates *Diálogos do Brasil no mundo: Deveres e responsabilidades do Brasil no Oriente Médio.*

OBSERVAÇÕES

Não foi elaborado roteiro de reunião.  
Não há lista de convidados para a mesa-redonda  
Grafias não confirmadas: Mia Garashi, Neu Moin Andwei.  
Houve intervenção fora do microfone. Inaudível.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputada Perpétua Almeida) - Bom dia, senhoras e senhores. Eu gostaria de agradecer a presença aos nossos convidados, convidadas, embaixadores, embaixadoras. Depois faremos questão de nominar cada um.

Também agradecemos a presença às entidades aqui presentes, que também serão nominadas.

Este é o nosso primeiro ciclo de debates *Diálogos do Brasil no mundo*. O debate de hoje é sobre as relações e as responsabilidades do Brasil no Oriente Médio e no Norte da África e o processo de paz naquela região, além de outros assuntos de interesse do Brasil.

Vamos dividir o debate de hoje em duas Mesas.

Agora pela manhã, o primeiro bloco discutirá os *Deveres e responsabilidades do Brasil no Oriente Médio*. À tarde, o segundo bloco deverá discutir *Os meios de comunicação em zonas de conflito e a luta da paz*.

Eu gostaria de informar aos senhores que este ciclo de debates está sendo realizado por decisão da Comissão de Relações Exteriores, que aprovou requerimento aqui no plenário, apoiado por todos os Parlamentares presentes à reunião.

Este é um ciclo de debates. Depois da exposição da primeira Mesa, poderão se inscrever os Deputados presentes, os convidados e demais participantes, para opinar, para pedir esclarecimento, para fazer perguntas, para repontuar alguma questão que considerarem necessária, isto tanto no período da manhã quanto no período da tarde.

Muito obrigada aos senhores pela presença.

Eu gostaria de chamar os convidados do primeiro bloco: o Embaixador Cesário Melantonio, que é o representante brasileiro para assuntos do Oriente Médio; o Assessor-Chefe de Relações Internacionais do Superior Tribunal de Justiça, Hussein Ali Kalout; e o Sr. Thiago de Aragão, que é consultor e estrategista internacional e falará sobre o papel das empresas brasileiras no desenvolvimento daquela região.

Exmas. Sras. e Srs. Deputados, palestrantes aqui presentes, participantes do nosso evento, representantes de embaixadas, em nome da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, eu gostaria de dar as



boas-vindas a todos vocês, ao tempo em que os convido a tomar parte do importante ciclo de debates que será realizado ao longo deste dia.

Esta será uma oportunidade preciosa para refletirmos sobre o papel do Brasil no atual panorama geopolítico do mundo árabe, o adensamento das relações bilaterais e multilaterais entre o Brasil e os países do Oriente Médio e do Norte da África e, principalmente, sobre como o Brasil pode se inserir como força auxiliar para contribuir para o equilíbrio dessas forças de poder.

Entendo ser importante assinalar que esta Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional tem por missão institucional, entre outras, pronunciar-se sobre a política externa brasileira, as relações diplomáticas, consulares, econômicas, comerciais, culturais e científicas com outros países e votar os atos, acordos e tratados internacionais firmados pela República Federativa do Brasil com outras nações. Mas, além disso, é obrigação dos seus membros compreender a dinâmica dos acontecimentos nas diversas partes do mundo, para, a partir daí, promover o debate e sugerir encaminhamentos para o adensamento das relações do Brasil com as outras nações do globo.

O nosso País tem uma história extremamente rica com o Oriente Médio, que data de séculos e foi sendo cultivada ao longo dos anos. Para se ter uma ideia, do longínquo ano de 1876 tem-se registro de visitas feitas pelo então Imperador Dom Pedro II a cidades como Beirute, Sidon, Tiro, Damasco, Jerusalém e outras. E em 1947 o diplomata Oswaldo Aranha presidiu a Assembleia Geral das Nações Unidas que decidiu pela história criação dos Estados de Israel e da Palestina.

Em visita que ocorre neste momento aos países árabes, o Chanceler brasileiro Antonio Patriota defendeu em Hamala a imediata necessidade de o Estado Palestino ter assento na ONU, dando continuidade às ações iniciadas pelo Governo Lula e reforçadas pela Presidenta Dilma.

É certo que a geopolítica do Oriente Médio e do Norte da África merece um olhar mais aguçado, tendo em vista as várias implicações daí subjacentes. O Brasil, dentro desse panorama, de forma muito especial tem marcado a sua ação no cenário internacional pela exultação à solução pacífica dos conflitos, pela amizade e pelo respeito às diversidades culturais, étnicas e religiosas que caracterizam as diferentes regiões do mundo. Esses atributos o credenciam como um interlocutor



qualificado para atuar internacionalmente, em especial no Oriente Médio e adjacências.

Percebo que este é o momento de o Brasil adensar suas relações com os países daquela região. Essas nações podem se tornar parceiras estratégicas, dado o grande potencial econômico e energético que apresentam, com um mercado consumidor em franca expansão e, ainda, dado o apoio político que podem representar nos fóruns supranacionais.

O papel do Brasil nesse contexto, inclusive como potencial interlocutor da crise na região, é uma responsabilidade que, tenho grande certeza, o País está pronto e disposto a assumir.

Cito como exemplo desse interesse a definição de governo reforçada em recente encontro do IBAS ocorrido no Peru: o claro posicionamento da Presidenta Dilma pela não intervenção de potências militares e econômicas nos conflitos daquela região e pelo incentivo ao diálogo para dirimir os diferentes pontos de vistas, apresentando o Brasil como articulador das conversas entre os diversos atores envolvidos na questão.

Para isso o nosso País pode contribuir, e o Parlamento brasileiro, por meio desta Comissão, pode dialogar com o Parlamento dos outros países, para construir esse momento.

É com esse entendimento que a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional realiza este ciclo de debates, para reunir subsídios sobre como o País pode atuar de forma concreta e com o devido protagonismo nas discussões que envolvem o Oriente Médio e o Norte da África.

Acredito que este evento será um momento privilegiado para reflexões e aprofundamento de ideias a respeito desse importante tema. Por isso convido a todos para que acompanhem as exposições e participem do debate.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

Diferente de outros eventos da Casa, como as audiências públicas, neste ciclo de debates, quando encerrarmos as três exposições, os Parlamentares presentes vão ter direito à palavra, e em seguida, no tempo que for possível, vamos dar à palavra também para alguns que queriam se posicionar e contribuir para o nosso debate.



Eu gostaria de agradecer mais uma vez a presença aos senhores.

Passo a palavra ao nosso primeiro palestrante, o Embaixador Cesário Melantonio, que representa o Brasil nos assuntos do Oriente Médio.

**O SR. CESÁRIO MELANTONIO NETO** - Bom dia, Sra. Presidenta da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara, Deputada Perpétua Almeida, caros colegas palestrantes, Srs. Deputados, caros ouvintes:

Em primeiro lugar eu gostaria de agradecer a iniciativa da Presidenta da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara de organizar este seminário sobre o Brasil e o Oriente médio. E, como a nossa Presidenta disse, o tema desta manhã será *Deveres e responsabilidades do Brasil no Oriente médio*.

Eu vou procurar centrar estas palavras na análise de países que têm maior peso no Oriente Médio e na relação do Brasil com esses países. Evidentemente, a quantidade e diversidade dos países no Norte da África, no Oriente Próximo e no Oriente Médio é muito grande e um desafio diplomático para qualquer chancelaria.

Mas, para simplificar esta discussão, eu vou tomar como princípio da palestra a ideia de que os quatro países que têm maior centralidade, pela sua história, pelo seu peso populacional, pela sua superfície, pela sua população, são a Arábia Saudita, o Egito, o Irã e a Turquia.

Vamos começar pelo Egito, não só pela importância que ele tem e detém no mundo árabe, mas também porque, como todos sabemos, o Egito é um dos países onde se iniciou o movimento hoje conhecido como Primavera Árabe, em 25 de janeiro do ano passado.

Como eu retornei ao Brasil do Egito em janeiro deste ano, tive a oportunidade, com meus outros colegas diplomatas estrangeiros, de presenciar esse momento histórico.

Recentemente, eu li um texto sobre como o século XXI será marcado do ponto de vista da história. Um dos comentaristas nesse debate dizia que, quando o século XXI começou, nós imaginamos que o 11 de Setembro de 2001 seria um fato extremamente marcante, o que, é claro, nunca deixará de ser. Mas agora, 10 anos depois, talvez um fato ainda mais importante do que o 11 de Setembro, que, repito, é muito relevante e pode marcar todo esse século, com os seus desdobramentos não só na área, mas em todo o mundo, seja esse surto de movimentos



revolucionários no Oriente Médio, que estão certamente apenas no seu princípio. Quer dizer, estamos apenas, se olharmos do ponto de vista de história, no segundo ano desse movimento. Portanto é um grande desafio para o Brasil e para todos os países acompanhar esse desenvolvimento.

Voltando a Egito e Brasil, provavelmente o Brasil tem com o Egito uma longa relação diplomática, comercial, econômica, do ponto de vista de operações de paz nas Nações Unidas. A primeira vez que o Brasil participou de uma operação de paz na ONU foi em Suez, em 1956, com o Batalhão Suez. Então o Brasil tem uma relação muito estreita com o Egito, econômica, comercial, e ela era não tão estreita politicamente, pela minha própria experiência de embaixador, há 3 anos e meio, no Cairo.

Vou citar só um exemplo, que hoje não é mais segredo. Durante os últimos anos do período Mubarak, o Governo brasileiro, tanto o do Presidente Lula quanto o da Presidenta Dilma Rousseff, em várias oportunidades aproximou-se do Governo egípcio. Enviou delegações, trouxe Ministros egípcios aqui e levou Ministros brasileiros da área social ao Egito. Nós propusemos cooperações na área social, discussões, desde que fossem do interesse do Governo egípcio, sobre combate à fome e à pobreza, já que o Brasil tem um bom currículo nessa matéria. Mas, infelizmente, durante o meu período no Egito, isso não aconteceu, apesar dos grandes esforços da parte brasileira.

Sem querer exagerar, nós sabemos que uma das causas do que aconteceu no Egito foi justamente a falta de inclusão social. O novo Governo — por acaso, ontem me encontrei no Itamaraty com meu sucessor no Cairo, o Embaixador Marco Antonio Diniz Brandão, e até conversamos sobre isso — já mostra um grande interesse na área de inclusão social, a tal ponto que o Presidente do Egito, Mohamed Morsi, pediu para vir ao Brasil. Iria vir no dia 28 de setembro, mas, por razões de força maior, teve que adiar a visita para o próximo ano.

Estou citando o Egito não só pela experiência pessoal e o peso do país. O que eu queria dizer, como tese para discussão com o auditório, é que talvez a Primavera Árabe abra para o Brasil novas áreas de cooperação.

Outra área importante é a área de *institutional building*, isto é, de construção de novas instituições, num regime mais democrático. É claro que essa é uma área



extremamente sensível para a cooperação bilateral ou multilateral, mas, por exemplo, as urnas eletrônicas, a cooperação eleitoral, possivelmente serão uma nova área nas novas democracias do Oriente Médio.

Portanto, com relação ao Egito — e vou terminar por aqui sobre o Egito —, vejo muitas áreas novas de cooperação que podem se desenvolver.

Um último ponto, que não poderia ser esquecido. Ao contrário do que nós imaginávamos no Itamaraty, no Governo Federal, o comércio entre o Brasil e o Egito não só não caiu em 2011, o que seria natural, como até aumentou. Esse é um fator extremamente relevante, até surpreendente, que mostra a dinâmica comercial, o potencial do comércio entre Brasil e Egito, acima inclusive de grandes mudanças políticas.

Com relação à Turquia, eu diria que, até o início de 2004, aproximadamente, o Brasil não tinha uma relação muito estreita com a Turquia, nem do ponto de vista histórico, nem do ponto de vista comercial, nem do ponto de vista turístico, nem do ponto de vista político. Tinha uma relação que eu poderia chamar de ainda incipiente, ainda inicial. O salto dado na relação do Brasil com a Turquia nesses 8 a 9 anos foi impressionante em todas as áreas, primeiro na área política, de cooperação política, porque a diplomacia turca e a diplomacia brasileira têm muitas afinidades eletivas, muitos pontos em comum. Têm, como todas as diplomacias, muitas dissonâncias também, mas é muito maior o nível de interesses comuns em política, não só no Oriente Médio, mas também em outras áreas do mundo.

Sem entrar em muitos detalhes, nosso comércio cresceu enormemente com a Turquia, nos dois sentidos. Hoje temos ligações aéreas diárias, temos um movimento de turismo. Só para dar uma ideia, em 2003 e 2004, o número de turistas entre Brasil e Turquia, nos dois sentidos, era de 6 mil a 7 mil pessoas. No ano passado, esse número já ultrapassou os 35 mil visitantes, nos dois sentidos. Então, do ponto de vista da falta de informação, um grande impacto que tem o aumento do fluxo turístico é fazer com que os dois países se conheçam melhor.

Eu gostaria de dizer também que a Turquia e o Egito são grandes parceiros nossos no que diz respeito à discussão de temas do Oriente Médio. O Brasil tem a desvantagem, para trabalhar no Oriente Médio, de não estar no Oriente Médio. Estamos muito longe, fisicamente, culturalmente e historicamente, então temos que



fazer um esforço cotidiano, não só o Itamaraty, mas os Governos Federal, Estaduais e Municipais, para procurar conhecer melhor o Oriente Médio e também para trazer mais representantes do Oriente Médio para o Brasil. Nesse sentido, o fato de termos hoje um voo diário, que é recente, tem 3 ou 4 anos, entre São Paulo e Istambul, que provavelmente será acrescido no próximo ano de um voo diário entre Rio de Janeiro e Istambul, da Turkish Airlines, é um fenômeno importante. Aliás, no que diz respeito a linhas aéreas, 7 ou 8 anos atrás não havia nenhum voo direto do Brasil para o Oriente Médio. Hoje, além a Turkish, nós temos a Qatar e a Emirates, nós já tivemos a El-Al, que agora parou, e a partir de março do próximo ano nós teremos a Etihad. Aí nós vemos outro fenômeno também, que é a acumulação crescente de voos entre o Golfo — Etihad, Emirates, Qatar — e o Brasil, o que mostra uma nova dinâmica, de aproximação econômica, política e cultural do Brasil com o Golfo.

Com a Arábia Saudita, país cuja importância e centralidade não se discute — é quase uma unanimidade internacional a extrema relevância desse país no Oriente Médio —, o Brasil, eu diria que a exemplo do que acontecia com a Turquia, não tinha até os últimos 3 ou 4 anos uma relação muito intensa. Tinha uma relação comercial, econômica, financeira e energética, evidentemente, mas esse padrão de relacionamento tem mudado muito nos últimos 3 ou 4 anos, com a intensificação da cooperação política, que eu julgo extremamente importante, entre os dois países. Nós não só intensificamos o número de visitas, em diversos níveis, para cooperação política, a Riad, a Brasília e a outras cidades da Arábia Saudita e do Brasil, como, recentemente, o Itamaraty, que já vinha há vários anos negociando com a Organização de Cooperação Islâmica, com sede em Jeddah, propôs a designação de um representante brasileiro, com o título de “enviado especial”, para a Organização de Cooperação Islâmica na Arábia Saudita, em Jeddah. Isso está ainda em processo, é um *work in progress*, mas acho que nas próximas semanas vamos ter uma definição sobre o assunto. Isso abrirá uma nova área de cooperação com os 57 países, porque, ao contrário da Liga Árabe, onde estão representados no Cairo 22 países, na Organização de Cooperação Islâmica, na Arábia Saudita, em Jeddah, estão representados os 57 países islâmicos. Isso vai abrir, certamente, um capítulo importantíssimo de cooperação do Brasil, não mais só com o Oriente Médio, com os países árabes, com a Turquia, com o Irã, mas agora com todos os países islâmicos.





Com o Irã o Brasil também tem uma relação muito antiga, que vem do início do século XX, de 1908, uma relação mais do que centenária, que atravessou vários regimes e governos do Irã, desde a monarquia até a república, passando pelo Mohammed Reza Xá, pela Revolução Islâmica, pela República Islâmica do Irã. Portanto não é uma relação circunstancial.

E, assim como eu mencionei a Arábia Saudita, o Egito e a Turquia, nesse grupo de países com grande centralidade no Oriente Médio o Irã é extremamente importante, não só para o Brasil, mas, acho, para qualquer nação que se interesse pelo Oriente Médio; mais especificamente para o Brasil, por essa nossa particularidade de querer ter uma aproximação maior com o Oriente Médio e não estar no Oriente Médio. Então, o diálogo político, a cooperação política com todos os países do Oriente Médio, em particular com esses quatro de maior centralidade, é fundamental para que o Brasil possa tentar entender melhor, o que não é fácil, o que se passa no Oriente Médio.

Eu até diria que, quanto mais se trabalha com o Oriente Médio, sob a perspectiva brasileira, mais nós sentimos a nossa ignorância, porque a dificuldade é tão grande de entender esses processos que se desenvolvem todos os dias, semanas e meses no Oriente Médio, que nos exige um esforço ainda maior. Quando nós estamos trabalhando no Oriente Médio é mais fácil, mas quando estamos aqui em Brasília é muito difícil, dada a distância, apesar das informações de todos os nossos colegas, julgar exatamente, para não ser desinformado, o que está ocorrendo do ponto de vista da factualidade.

Depois de mencionar esses quatro países centrais, eu não poderia deixar de tocar na questão da Síria, hoje tão importante para o mundo inteiro.

Essa questão nós vemos que, infelizmente, já está se encaminhando para a conclusão do segundo ano, em poucos meses do conflito. Talvez muitos analistas brasileiros e internacionais tenham imaginado, com razão, na época, que esse conflito poderia ter uma solução relativamente rápida. Rápida, quero dizer, com a queda do Bashar al-Assad e a mudança do regime. Como se vê, isso não está acontecendo, e, do ponto de vista de julgamento político, eu já vejo que hoje muitas pessoas estão em dúvida se essa mudança vai ocorrer, no curto ou médio prazo, ou



se nós vamos ter que tentar, a comunidade internacional, outra solução para o terrível conflito.

É claro que o conflito na Líbia, com a queda do Kadafi, foi extremamente importante, mas a Líbia está no Norte da África, não está no centro do Oriente Médio, como está a Síria. Tem grande potencial energético, muito maior do que a Síria, mas tem uma população bem menor, de 6 milhões, em vez de 22 milhões. E a circunvizinhança da Síria, que todos nós conhecemos, é de países extremamente importantes.

Portanto, como nós já vemos, a desestabilização da Síria afeta um número enorme de países circunvizinhos: Turquia, Líbano, Jordânia, Iraque, além de países que não são vizinhos, mas que estão próximos, geograficamente, ou politicamente, ou religiosamente, da Síria.

Para tentar simplificar e explicar a dificuldade do conflito na Síria, o que nós vemos, do ponto de vista brasileiro, são dois grupos de países extremamente poderosos na região e fora da região envolvidos no conflito.

Eu vou simplificar um pouco, mas acredito que não estarei muito longe da verdade.

De um lado, como todos nós sabemos, com diversas *nuances* — mais ostensivamente, menos ostensivamente, mais claramente, menos claramente. Mas, grosso modo, nós temos um grupo com alguns países da União Europeia, não todos. Os 27 países têm a mesma posição com relação à Síria, não é um monobloco, há diferenças. Mas certos países como França e Inglaterra têm uma posição muito favorável à mudança de regime; os Estados Unidos têm posição mais discreta em relação a esses países da União Europeia que citei; a Turquia e alguns países do Golfo, que também têm declarado abertamente que prefeririam uma mudança de regime na Síria, como Catar e Arábia Saudita. Então, constituindo um bloco extremamente poderoso.

Não menos importante e poderoso é o bloco do outro lado, que agrupa países como Rússia, China, Irã e Iraque. Então, nós vemos potências e superpotências, regionais e mundiais, envolvidas — vou utilizar uma expressão bem brasileira — num braço de ferro. No momento eu poderia dizer que há uma espécie de empate, o que pode significar que o conflito se prorrogue militarmente, porque parece que



neste momento esses dois grupos ou blocos de países acham que podem ganhar. Os dois grupos estão envolvidos numa crescente militarização do conflito, com baixas civis crescentes, mortos e feridos, e a comunidade internacional com extrema dificuldade, sobretudo as Nações Unidas, de exercer papel eficiente para a solução do conflito.

O Brasil, anteriormente apoiava a missão do ex-Enviado Especial das Nações Unidas e da Liga Árabe, Kofi Annan, que, infelizmente, dada a dificuldade, não conseguiu ter sucesso na sua missão. Mas nem por isso nós deixamos de apoiar, até para sermos coerentes com a nossa posição anterior, o novo enviado das Nações Unidas e da Liga Árabe, Lakhdar Brahimi.

Em meados de agosto eu tive a possibilidade, pouco antes do Embaixador Lakhdar Brahimi tomar posse nesse cargo, de encontrá-lo em Paris. O Embaixador Brahimi foi Enviado Especial para seis países, não só do Oriente Médio, mas para o Haiti, para o Afeganistão, para a África do Sul, para o Iraque, para o Líbano, onde colaborou muito para os Acordos de Taifa, é um homem extremamente experiente, foi Chanceler da Argélia. Não vou dizer que notei otimismo, mas a única coisa que ele disse, talvez como uma pequena vantagem com relação ao Sr. Kofi Annan, é que o Embaixador Brahimi é da região; ele foi Chanceler da Argélia. Portanto, ele não só conhece bem o idioma, a cultura, a religião, mas ele também conhece muito bem o regime.

Menos pela idade, porque é um senhor de quase 80 anos, mas ele me disse que conheceu muito o pai do Bashar al-Assad. Foi muitas vezes à Síria. Então, ele conhece bem o regime por dentro, como funciona, quem é quem, também do lado da oposição. Talvez ele tenha algumas pequenas vantagens sobre Kofi Annan, mas eu não exageraria em dizer que o Dr. Lakhdar Brahimi poderá a curto prazo encontrar uma solução.

Portanto, parece que o Brasil vai ter que continuar, como outros países, a acompanhar muito de perto os desdobramentos da terrível crise da Síria, apoiando o Enviado Especial das Nações Unidas e da Liga Árabe.

Para concluir, eu não poderia deixar de citar a questão de Israel e da Palestina. Como a própria Presidenta da Comissão de Relações Exteriores da Câmara mencionou, o Ministro Patriota retornará amanhã do Oriente Médio. Fez



uma visita à Palestina, Israel e Jordânia, portanto. Certamente, todos nós esperamos, no Itamaraty e no Governo Federal, que o Chanceler Patriota, que o Ministro Antonio Patriota chegue com informações bastante relevantes, positivas sobre esses três países do Oriente Médio.

O Brasil — e não é de hoje, a própria Presidenta da Comissão mencionou Oswaldo Aranha — desde o final da década de 40 tem certo envolvimento não só com o Oriente Médio, mas, em especial, com a questão de Israel e da Palestina.

No final de novembro, dias 29 e 30 de novembro, em Nova Iorque, na Assembleia Geral da ONU, nós vamos ter mais um novo debate sobre a Palestina.

Eu não vou precisar me estender aqui, porque certamente a posição do Brasil com relação ao conflito de Israel e da Palestina é muito conhecida de todas as senhoras e de todos dos senhores, mas, se durante o debate, quiserem fazer alguma pergunta mais específica sobre a questão de Israel e da Palestina e o processo de paz, estarei à disposição para responder.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Perpétua Almeida) - Muito obrigado ao nosso Embaixador Cesário.

Com a palavra, então, o Assessor Internacional do STJ, Hussein Ali Kalout.

**O SR. HUSSEIN ALI KALOUT** - Bom dia a todos.

Muito obrigado, Deputada Perpétua Almeida, pelo honroso convite. Parabenizo-a pela importante iniciativa de trazer este debate à Câmara dos Deputados. Parabenizo também o Prof. Marcelo Rech por ser colaborador e mentor, também, da ideia.

Congratulo-me com os demais colegas da Mesa; o Embaixador Cesário, pela belíssima apresentação, expondo um panorama geral e amplo sobre a região.

Bem, na universidade, quando eu decidi me especializar em Médio Oriente, certo professor me disse o seguinte: *“Meu filho, você está na profissão certa, porque confusão na região nunca vai faltar, e você vai ter muito o que estudar.”* A partir daí, então, decidi me envolver um pouco mais a fundo com a região.

Vou tentar trazer a vocês um pouco da experiência de quem viveu 15 anos na região, de quem estudou na região e de quem pesquisa profundamente a região.



Primeiro, por que emergiu ou surgiu a Primavera Árabe? Quais são os pilares basilares dessa revolução?

Essa revolução se fundamenta através de quatro processos históricos anteriores, muito mal formulados. Primeiro, tivemos a estruturação do sistema de califados, em toda a região do Oriente Médio. O segundo processo foi o domínio do Império Turco-Otomano. O terceiro processo foi o domínio colonial franco-britânico. E, a partir desse momento, passou-se a ter uma organização de estados não muito bem delineada. O quarto processo data do período de independência, entre 1945 e 1975, de boa parte desses países do domínio colonial europeu. E, a partir desse quarto processo, forja-se o modelo político, na região, pautado na estruturação de regimes fortes, de regimes totalitários, de estados teocráticos repressivos, de regimes policiaiscos.

Então, nasce, a partir desse período, no âmbito da Guerra Fria e pós-Segunda Guerra, um modelo que é concebido, que é conhecido, até, então, a Primavera Árabe, recentemente eclodida.

O que representa a Primavera Árabe? Para alguns, ela representa o quinto ordenamento político da região: uma quebra de uma etapa anterior, com modelos sempre totalitários existentes, para um modelo de possível transição democrática. Bom, até o fim da explanação eu vou explicar como isso funcionaria.

A Primavera Árabe surge como? Quais são os motivos? Basicamente, em todos os países em que houve a revolução, as bases são as mesmas, com alguma variação: falta de liberdade de expressão; ausência de direitos políticos; ineficiência dos órgãos de Estado; inexistência de um sistema judiciário independente e transparente; desrespeito aos direitos humanos. Então, esses são os elementos catalizadores que provocam a Primavera Árabe.

Infelizmente, desde 1945 ou 1950 até 2006, mais ou menos, os países da região não haviam engendrado nenhuma mudança, nenhum projeto de modernização político-social. Então, era uma questão de tempo a eclosão desse levante; era uma questão de tempo para quem estuda bem a região. Não foi uma coisa que surgiu do nada: de repente, houve a derrocada de regimes totalitários na região.



Quais são os resultados preliminares da Primavera Árabe? Antes de analisarmos os resultados preliminares, acho que essa realidade da região acabou sendo camuflada, escamoteada pela própria dinâmica do conflito árabe-israelense. Focou-se muito na dinâmica do conflito árabe-israelense e esqueceu-se, em grande medida, dessa problemática no interior dos países daquela região. Mas quais são os resultados preliminares da Primavera Árabe?

Primeiro, haverá uma mudança do mapa geopolítico da região. Isso é inexorável. Dentro de 2 décadas, 3 décadas, haverá mudança no mapa geopolítico da região.

Segundo, se a expectativa do Ocidente é de haver democracias liberais, não haverá. De acordo com o modelo ocidental, não haverá. Por quê? A região tem as suas próprias peculiaridades, tem a sua própria lógica histórica, tem a sua própria dinâmica de funcionamento social, com diversas divisões étnicas e religiosas. Então, é muito complexo se pensar numa democracia liberal no Médio Oriente a curto ou a médio prazo. Haverá um ordenamento democrático que funcionará em conformidade com a lógica social da região. Então, é importante ter claro isso em mente.

Terceiro, quanto aos resultados, acho que foram quebrados os pilares de segurança estabelecidos a partir da doutrina kissingeriana, datada de 1970. E quais são os pilares da doutrina kissingeriana? Como o interesse ocidental no Oriente Médio é indissolúvel e consubstanciado em três pontos cardeais, esses pilares basicamente são: um, petróleo, para a manutenção do ciclo energético e de desenvolvimento das potências ocidentais; dois, segurança do Estado de Israel; três, contenção do islamismo. Então, o ocidente norteia sua política externa para a região de acordo com essas bases. E isso está hoje muito presente na conjuntura síria e na conjuntura de outros países.

A Primavera Árabe segue a todo vapor? Não creio. Creio que ela foi suprimida em parte e creio que o levante perdeu, em termos, o seu ímpeto. Primeiro, na forma como no Bahrein se suprimiu a revolução e na forma como as potências árabes e ocidentais apoiam uma derrubada da estrutura de poder do Presidente Bashar al-Assad. Então, nós temos duas assimetrias para o mesmo problema.



E o que aconteceu no Iêmen? Na verdade, Ali Abdullah Saleh sai de cena, mas a espinha dorsal da estrutura do poder segue a mesma. Então, não se fala de Primavera Árabe no Iêmen.

E qual é a proposta hoje para a Síria? Primeiro, a derrubada do regime. Segundo, a tentativa de implosão do regime por dentro com a deserção de algumas lideranças. Não conseguiram. Terceiro, *“Não, vamos propor, então, uma transição ordenada dentro do partido Baath, na qual Farouk al-Chareh assume a presidência e faz a transição.”* Não mudou nada. Está-se basicamente copiando o modelo do Iêmen.

Então, qual é a questão síria? A questão síria, na verdade, é uma nova versão do embate Oriente/Ocidente num formato contemporâneo. Por um lado, há o eixo euro-americano-saudita-sunita; por outro lado, há o eixo sino-soviético-persa-xiita. Esses são os modelos em embate na questão síria.

Vou detalhar para vocês como se encaixa o interesse de cada ator nesse quebra-cabeça. Em primeiro lugar, a decisão das potências ocidentais quanto à mudança do regime na Síria depende exclusivamente da segurança do Estado de Israel. Nada vai acontecer na Síria se isso, de alguma forma, afetar a segurança do Estado de Israel.

O Estado de Israel está muito satisfeito com a manutenção do regime sírio. Ele não tem nenhum interesse na substituição de um regime com diretrizes, políticas claras, no qual há uma paz fria por quase 4 décadas. Substituí-lo por um regime ou por um modelo incógnito, de tendência religiosa, não parece ser interessante na concepção israelense. Esse é o primeiro interesse. Por isso, quando vocês veem os americanos com retórica ou verbosidade quanto à questão síria, isso é tudo um grande ensaio. Eles não podem se omitir como líderes ou como parte da liderança da comunidade internacional, têm que criticar, mas, no fundo, eles não têm interesse na queda do regime. Isso é um fato muito claro. Muito bem. Mas esse interesse deles se choca com o interesse de outro país aliado deles, que é a Arábia Saudita.

E como se insere a questão saudita? Hoje há uma grande disputa pela hegemonia política, teocrática, militar e econômica no Médio Oriente. Essa disputa centra-se entre o Irã e Arábia Saudita. A forma pela qual a Arábia Saudita conseguiria estancar ou frear a ascensão do Irã como potência é quebrar a espinha



dorsal desse corredor que se conecta entre Irã, Iraque, Bahrein, Síria e Líbano. Se se derrubar o *establishment* sírio, isola-se o Irã no Oriente Médio. Mas qual é o risco? O risco de se levar ao poder um regime hostil ao Estado de Israel. E como se resolve isso? Não acredito que na Síria haverá processo democrático, com eleições livres; que um partido de tendência islâmica vai vencer e vai ficar por isso mesmo. Não! Isso tudo não será organizado e controlado pela população da Síria.

Portanto, os sauditas têm um interesse que vai muito além da questão da democracia ou da liberdade na Síria, ou da questão dos direitos humanos na Síria. O interesse deles é macrorregional, com um projeto de poder. Então, essa é a concepção saudita.

Por que a Rússia tem esse interesse em defender a Síria? Primeiro, há um acordo tácito entre os cinco membros permanentes no Conselho de Segurança sobre a divisão de suas influências na região. O Líbano é um protetorado francês, a Síria é um protetorado russo, Israel é um protetorado norte-americano e a Jordânia é um protetorado britânico. Então, esse é o acerto entre eles. Um acordo de cavalheiros no qual nenhum interveria na zona do outro sem o consentimento da parte interessada.

Muito bem. A Síria representa o último bastião que a antiga União Soviética conseguiu preservar no Oriente Médio; é a única base militar que não é americana no Oriente Médio. Portanto, a Rússia joga na questão Síria a mesma cartada que os Estados Unidos jogam na questão israelense. Essa é a proporção.

A Rússia tem interesse na venda de armas, na manutenção do controle geopolítico sobre uma zona importante; a Rússia tem interesse na manutenção da aliança entre Irã e Síria. Então, a derrocada da Síria não interessa à geopolítica da Rússia.

A Turquia é outro ator importante na região. Qual o interesse da Turquia na região? Primeiro ponto, a Turquia viu na conjuntura Síria uma oportunidade de reerguer a sua influência no leste do Mediterrâneo; segundo ponto, a Turquia viu uma oportunidade de se transformar num interlocutor para a paz na região. Tanto o primeiro ponto quanto o segundo ponto emanam do fracasso da Turquia de se inserir na União Europeia. Quando eles perceberam que não têm espaço de influência, de concertação diplomática no âmbito da União Europeia, passaram a





buscar alternativa de política externa. Além disso, eles conseguiram, de forma exitosa, combinar modelo de governabilidade política com partido islâmico. Então, eles poderiam servir como um espelho para os demais países da região.

Eu gostaria de abordar concepção iraniana sobre o conflito. O Irã é um país extremamente racional na dinâmica das relações internacionais, é um país milenar, é um país que tem uma importância estratégica vital para o equilíbrio regional. A consolidação do Irã como potência regional não interessa, primeiro, aos sauditas; segundo, aos americanos. Não interessa por quê? Porque não existe uma política automática de alinhamento a esses interesses. É como se insere a questão israelense na conjuntura iraniana? Hoje há claro desvio de foco por parte do Estado de Israel em relação ao que deveria ser prioritário: o processo de negociação israelo-palestino para a questão nuclear iraniana.

O governo Netanyahu encontrou um subterfúgio claro, apelativo e chamativo para desviar a atenção sobre a questão israelo-palestino. Ele consegue embutir na agenda internacional a questão iraniana como a questão central da segurança do Médio Oriente, enquanto a questão central é a resolução do conflito israelo-palestino. A proliferação de partidos fundamentalistas, de regimes islâmicos de resistência ao Estado de Israel, em boa medida, emana desse impasse e da própria política de convivência e leniência das grandes potências para com o processo de paz.

É muito difícil chegar para um povo ocupado militarmente, como o povo palestino, e lhe dizer: “Olha, você precisa sentar à mesa de negociação”. Ele pode dizer: “Olha, vou sentar à mesa de negociação, mas, primeira condição, eles precisam parar de me ocupar”. Como vou negociar, num processo de contínua ocupação, uma ocupação de área de construção de assentamentos? Então, esse é outro problema que se conecta também à questão síria de uma forma ou de outra.

Para concluir, acho que a questão síria só se resolverá com a inclusão de mediadores confiáveis dos dois lados. Não há como fazer um processo de negociação excluindo os atores envolvidos no problema: Irã, Arábia Saudita, Rússia, Estados Unidos. Não há como fazer um processo de pacificação sem a inclusão desses atores.



Creio que outros atores poderão colaborar para a iniciativa, como o Brasil. Por que não? O Brasil tem experiência, tem capacidade diplomática. Mas será que esses países estão dispostos a aceitar um êxito brasileiro ou um êxito eventualmente iraniano na negociação? Quais são as contrapartidas?

A questão síria, senhores, se enquadra numa lógica muito maior, muito além de uma questão meramente de liberdade ou de democracia.

Hoje, o objetivo dessas potências é basicamente substituir um regime, manter a estrutura do regime funcionando sob outra liderança, garantir a estabilidade e a paz com Israel.

Essa nova liderança precisa dar garantias de que vai romper as relações com o Irã e de que vai cortar os suprimentos para o Hezbollah no sul do Líbano. Se o Bashar garantir isso, ele não sairá do poder. É simples assim.

Eu me dou por satisfeito. Não sei se extrapolei o tempo, Deputada, mas fico à disposição dos senhores para eventuais perguntas. *(Palmas.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Perpétua Almeida) - Muito obrigada ao Assessor Internacional do STJ.

Antes de passar a palavra ao Thiago, que é Consultor e Estrategista Internacional de empresas na região, gostaria de registrar a presença dos Deputados Leonardo Gadelha, Hugo Napoleão, João Ananias, George Hilton e Antonio Carlos Mendes Thame.

Passaram por aqui os Deputados Alfredo Sirkis, Raul Henry, Leonardo Monteiro, Eleuses Paiva, Eduardo Azeredo, Augusto Carvalho, Roberto de Lucena, Luiz Sérgio, Deputada Jaqueline Roriz, Deputada Janete Rocha Pietá, Deputada Íris de Araújo e Deputado Emanuel Fernandes.

À medida que Parlamentares forem chegando, vamos registrando.

Depois da próxima fala, eu farei o registro da representação das entidades presentes e das embaixadas. Se alguém não tiver trazido o seu cartão, repasse para os nossos funcionários para que possamos fazer o registro.

Com a palavra o Thiago de Aragão, Consultor e Estrategista Internacional de empresas brasileiras naquela região.

**O SR. THIAGO DE ARAGÃO** - Bom dia a todos.



Primeiramente, eu gostaria de agradecer o convite à Presidente Perpétua Almeida e também ao Marcelo Rech, que foi o mentor e desenhista desse projeto juntamente com a Presidente Perpétua. Muito obrigado pelo convite.

Duas apresentações excelentes deram um panorama político muito claro e profundo sobre o ambiente na região.

O Oriente Médio é uma das poucas regiões do mundo, se não a única, onde o ambiente político afeta diretamente qualquer desenho de política empresarial ou comercial que se faz na região.

Ao contrário dos Estados Unidos ou da União Europeia, onde já existe certo caminho automático para empresas que queiram se estabelecer nesses países, nesses lugares, nessas regiões, independente da situação política do local, no Oriente Médio a situação é muito distinta.

Uma empresa brasileira dificilmente vai avaliar se sua entrada nos Estados Unidos se dará mediante a vitória do Barack Obama ou do Mitt Romney, enquanto no Oriente Médio isso realmente tem um peso muito distinto.

Avaliar esse ambiente político para a empresa torna-se muito novo. Nem todas as empresas brasileiras que atuam no exterior estão acostumadas com a leitura de um ambiente, com a identificação do que está acontecendo na política dos países onde elas querem atuar.

No Oriente Médio isso é uma premissa básica. Para poder operar nesses lugares, a necessidade de entender o que está acontecendo — quanto maior o grau de detalhamento melhor — torna-se imperativo.

Existem duas óticas para avaliar o ambiente político nessa região para empresas brasileiras. Existe a ótica do ambiente político local, ou seja, compreensão da situação política em países como Síria, como Líbano, como Irã, nas relações Israel-Palestina, no Egito, e existe também uma leitura muito detalhada de qual é a postura do Itamaraty, da nossa política externa, para essa região. Essa segunda ótica se torna até mais importante por partir daqui o sucesso que uma empresa muitas vezes terá nesses lugares.

O sucesso ou o fracasso de uma aventura de empresas medianas ou pequenas no Oriente Médio passam, obrigatoriamente, pelo Itamaraty. Ao contrário de outras regiões em que passam muito mais pelo MDIC, por exemplo.



Então, para ilustrar essa imagem, eu vou dividir em dois grupos: o de macroempresas e o de microempresas.

As microempresas não são necessariamente empresas minúsculas, mas são empresas que geralmente fabricam componentes para as macroempresas e empresas de serviços.

Os senhores conhecem essas macroempresas. São empresas do porte da Odebrecht, Vale, EMBRAER, PETROBRAS, ou seja, empresas robustas que possuem uma entrada diferenciada em qualquer lugar onde resolvam agir.

Essas duas categorias se dividem entre aquelas que ajudam a fazer a política externa e aquelas que necessitam surfar na política externa. Ou seja, muito antes de o Brasil ter essa postura técnica, eficiente e bastante promissora na região, hoje, por meio do Itamaraty, havia casos de grandes empresas brasileiras que tinham relacionamento de Estado com vários países da região.

É de notório saber as condições de várias construtoras empreiteiras brasileiras e seus relacionamentos com líderes locais que lhes garantiam e abriam acessos inimagináveis para qualquer outra empresa brasileira que tivesse interesse em operar na região.

Então, há esse grupo de empresas que, por se tratar de empresas estratégicas para o interesse do País na região, se unem em alguns setores, em algumas áreas, com a formulação da própria política externa para a região. É o caso da EMBRAER, por exemplo.

A EMBRAER é um instrumento de posicionamento geopolítico do Brasil extremamente eficiente, além, é claro, de gerar a eficiência que uma empresa privada busca.

Existe também aquele grupo de empresas reativas, que muitas vezes são componentes dessas próprias empresas gigantes, e de empresas que querem se aventurar em serviços, seja na área de alimentação, seja na área de qualquer tipo de empreitada que não sejam necessariamente empreitadas estratégicas para o posicionamento político do Brasil na região.

O que acontece? Essas empresas agem a reboque da política externa brasileira e necessitam operar dentro de janelas que o Brasil abre nas regiões. Ou



seja, missões que uma liderança política brasileira faz a determinado país, feiras que o Brasil organiza em determinados países.

Essas empresas têm que operar totalmente ligadas e baseadas numa leitura de como a política externa age nesses países. São empresas que surfam na política externa, e aquelas que sabem identificar a melhor onda são as que têm mais sucesso na região.

O que as grandes empresas que participam de formulação política conseguem e o que elas encontram por meio da magnitude e do caráter estratégico que os seus serviços e os seus produtos oferecem? Elas têm o respaldo de alto nível do Governo Federal.

Uma operação que a EMBRAER, por exemplo, decida fazer na Jordânia ou em qualquer outro país conta com uma integração extremamente positiva do Governo Federal na própria formulação de venda e como isso casa com a formulação de interesses políticos que o Brasil tem na região.

Além disso, a troca de informações entre esses dois atores é extremamente sensível e interessante, podendo elevar a capacidade de atuação que eles teriam na região.

Terceiro, o acesso a líderes políticos tomadores de decisão e formadores de opinião nos países-alvo também se torna incrivelmente eficiente.

A EMBRAER, que deseja, a partir de um respaldo do Governo brasileiro, operar ou vender em países como Jordânia, ou qualquer outro que seja, passa a ter acesso a conversas de um nível completamente diferente e extremamente estratégico.

Novamente esses interesses acabam se encaixando com os interesses geopolíticos do Brasil, porque uma postura saudável e eficiente de uma empresa brasileira do porte da PETROBRAS, EMBRAER, Vale e inúmeras que funcionem de forma eficiente traz a reboque também um canal muito bom, muito positivo de relações com o país que está patrocinando, ou seja, o Brasil.

Como o Brasil é um dos países mestres no mundo em exercer o *soft power*, por meio da nossa própria característica como país, isso se alinha de uma forma bastante eficiente, tanto para o sucesso comercial quanto para nossas inserções políticas em determinados alvos.



Aquelas menores, que devem surfar nas decisões da política externa, acabam mantendo relações com níveis intermediários de governo, mediante eventos esporádicos. Quando eu digo esporádico, eu digo que não são de uma frequência contínua, como missões, feiras ou coisas semelhantes, ou por meio dos seus próprios esforços em cada país. Tornam-se aventuras que podem dar certo ou não.

Elas devem encarar burocracias diferenciadas. Elas, muitas vezes, possuem pouco ou nenhum acesso a líderes políticos formadores de opinião ou tomadores de decisão nesse país e acabam necessitando de um forte apoio técnico do Governo brasileiro.

Ou seja, as pequenas empresas devem buscar no Brasil, antes de operar nessa região, uma articulação prévia, de forma conjunta, para poder influenciar suficientemente em como agir na sua política externa na região.

O que isso nos mostra hoje? A forma como empresas brasileiras operam, funcionam e visam à região do Oriente Médio tem um caráter muito singular, que é o caráter de identificação, relacionamento e compreensão do que o Itamaraty faz. Isso já é, por si só, muito diferente da forma como essas mesmas empresas buscam operações em outras regiões do mundo, porque isso alia um caráter geopolítico estratégico muito forte.

Segundo, muitas dessas empresas acabam tendo que estar totalmente voltadas à observação de como o Brasil busca agir e quer agir em determinadas situações.

Como o Prof. Hussein colocou há pouco, a situação na Síria traz uma complexidade tão grande para a região que o interesse de uma empresa brasileira em operar no país vem totalmente ligado ao interesse que o Brasil tem de agir naquele lugar.

O mesmo se dá com situações em países como o Irã, na relação Israel-Palestina, na Líbia, como o Embaixador Cesário colocou. A nossa política externa tem que ser totalmente coordenada com a nossa política industrial e comercial na região para vir a ter algum sucesso.

Isso coloca à frente algumas encruzilhadas que o setor privado tem muita dificuldade de perceber. Essas encruzilhadas são a curto, médio ou longo prazo. Como pode ser a postura brasileira em determinados países para se investir em um



projeto a longo prazo? Qual será a posição do Brasil se eventualmente a crise na Síria se expandir para outros países da região? Como uma empresa vai modificar totalmente sua linha de operações e estratégia a longo prazo se ela quiser operar no Líbano, por exemplo? Então, se ela não tem essa capacidade de colher informações de dentro da formulação estratégica do Governo brasileiro, ela vai ter que agir completamente de forma reativa e de última hora, tendo assim menor sucesso na região, comparativamente com o que ela teria em outras áreas do mundo.

É importante sempre lembrar, para ilustrar um pouco mais esse contexto, que, quando há um ambiente de constante instabilidade institucional, é necessário um constante monitoramento e respaldo institucional. Esse respaldo vem de um país como o Brasil. Esse monitoramento se dá por trabalhos feitos em cooperação com o próprio Governo Federal e trabalhos que empresas privadas, como, por exemplo, a minha, fazem em situações como essa, que engloba uma identificação muito clara de quem são todos os atores no processo decisório por país e de como eles se posicionam, de forma favorável, negativa ou neutra, frente ao Brasil e frente a um determinado nicho de negócios em que uma empresa brasileira quer operar. A partir de então, o desenho de um mapa institucional elabora passo a passo como essa empresa pode evoluir dentro do país, levando em consideração o ambiente político local e os interesses do Brasil na região.

O interesse aqui é ilustrar um pouco mais como essas empresas veem a região e enfatizar a real necessidade que elas têm de relacionar-se, por conta dessa região específica, com o Itamaraty, porque o Itamaraty, como formulador de política externa, é um dos grandes fomentadores da nossa capacidade privada industrial nessa região. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Perpétua Almeida) - Obrigada, Thiago de Aragão.

Eu queria, antes de abrir o debate, e até antes de anunciar o nome dos presentes, repassar a palavra ao Embaixador, porque ele falou por apenas 12 minutos e pediu para dividir o tempo. Vou passar, então, a palavra ao Embaixador, a fim de que ele possa utilizar o restante do tempo.

**O SR. CESÁRIO MELANTONIO NETO** - Muito obrigado, Presidenta.



Isso vai possibilitar fazer alguns comentários sobre as exposições dos colegas de Mesa, Hussein e Thiago, que eu muito apreciei.

Vamos...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Perpétua Almeida) - Embaixador, desculpe. É que eu não registrei a presença do Deputado Arolde de Oliveira, que inclusive ajudou na condução dos trabalhos nesta Presidência.

Obrigada, Deputado.

**O SR. CESÁRIO MELANTONIO NETO** - Vamos de novo começar, como eu dizia, pelo tema hoje provavelmente mais relevante da região, sem esquecer o permanente — o conflito Israel-Palestina —, que é a questão da Síria.

Aí eu faria uma ponte entre o que o Hussein e o Thiago disseram, sendo eu do Itamaraty, extremamente relevante para a formulação e execução da nossa política externa, que é o impacto desses fatores políticos novos no Oriente Médio sobre a atuação das empresas brasileiras.

É evidente que a atuação das grandes, médias e pequenas empresas brasileiras no Oriente Médio, e no exterior em geral, é de extrema importância para o Governo Federal, o Itamaraty, o MDIC, o Ministério da Agricultura e outros Ministérios. Mas o Itamaraty, Ministério ao qual pertenço, tem, há décadas, lutado e incentivado o setor privado brasileiro para que aumente a sua presença no Oriente Médio. Assim tem sido, com relativo sucesso, em diversos países da região, há muitos anos.

Como ficou claro na exposição do Thiago, hoje nós temos uma nova situação no Oriente Médio, do ponto de vista econômico e, como o Hussein disse, do ponto de vista político. O Itamaraty está profundamente consciente e preocupado com o fato de que esses novos desenvolvimentos políticos no Oriente Médio não diminuam o interesse das empresas brasileiras, sejam aquelas que estão no Oriente Médio, e que, por receios de instabilidade política, tendam a se retrair, sejam aquelas empresas, não tanto as grandes, mas as médias e pequenas, que possam temer novas iniciativas, ou primeiras iniciativas empresariais no Oriente Médio.

Então, não só o Itamaraty, mas também o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o Ministério da Agricultura, que eu mencionei, e outros Ministérios têm isso bem presente. Nós estamos, em diversas áreas do Itamaraty e





de outros Ministérios, trabalhando para que o ano de 2013 não seja um ano de retração, mas, muito pelo contrário, de participação maior das empresas brasileiras no Oriente Médio.

Voltando agora à exposição do Hussein, eu gostaria de acrescentar alguns dados para discussão posterior com as senhoras e com os senhores. De novo a questão da Síria. Eu acho que nós não devemos nos esquecer, sem ter um otimismo exagerado, de que houve recentemente iniciativa do Egito com relação à Síria. O Egito solicitou que a Arábia Saudita, o Irã e a Turquia se somassem num quarteto, por iniciativa do Cairo, para discutir a questão da Síria.

O Brasil acompanha com muito interesse esse esforço do Egito. Já houve uma primeira reunião, e, como o Hussein mencionou aqui, com o que concordo plenamente, acho extremamente difícil qualquer solução para a crise da Síria sem que todos os estados que têm interesse político, econômico, geopolítico na questão da Síria, todos os estados intervenientes tenham participação no processo.

Talvez um dos blocos, hoje, no meio da estrada para a conciliação na Síria é o desses estados que nós mencionamos aqui na Mesa, mas até agora não decidiram se sentar em torno de uma mesa. Ou seja, há resistência de certos países, há participação de outros países no processo de conciliação na Síria. E eu diria que, do ponto de vista brasileiro, nós desejaríamos que todos os países intervenientes, porque não vemos outra solução para o conflito, se sentem, no menor prazo possível, em torno de uma mesa, com as Nações Unidas, evidentemente com o Governo da Síria, com os que representam a oposição da Síria, para tentar uma solução para o conflito. Mas nem o Kofi Annan e nem, até o momento, o Lakhdar Brahimi conseguiram sucesso nesse intento. Mas o Brasil olha com muito interesse essa iniciativa do Egito.

Queria também dizer uma pequena palavra aqui sobre a Líbia, já que o Thiago falou sobre as empresas brasileiras no Oriente Médio. Desde o regime anterior, do Coronel Kadafi, durante muitos anos, muitas décadas, as empresas brasileiras, sobretudo de grande porte, mas também algumas médias e pequenas, tiveram participação importante na cooperação econômica entre o Brasil e a Líbia.

Durante o conflito na Líbia, no ano passado, o Itamaraty acompanhou de perto a atuação das empresas, a paralisação dos trabalhos, os riscos para os



equipamentos, sobretudo para os funcionários, centenas de funcionários de empresas brasileiras, como PETROBRAS, EMBRAER, Odebrecht, Queiroz Galvão, Andrade Gutierrez, que atuavam na Líbia.

Mas hoje nós vemos com satisfação que, apesar das dificuldades que continuam do ponto de vista de instabilidade política, sobretudo de segurança interna na Líbia, essas empresas brasileiras voltaram, na medida do possível, assim como outras empresas estrangeiras, a desenvolver suas atividades na Líbia. O que é um fato extremamente importante a ser sublinhado, para mostrar que, apesar de dificuldades em certos países do Oriente Médio, as empresas brasileiras continuam a desenvolver os seus projetos.

Na questão do Líbano, que ainda não mencionei, evidentemente a ponte étnica do Brasil — Líbano e Síria —, não foi ainda mencionado aqui que essa comunidade é imensa, de cerca de 12 milhões de brasileiros de origem sírio-libanesa: mais ou menos 7 milhões de origem libanesa e 5 milhões de origem síria. Essa ponte étnica, entre outros fatores que já mencionamos nesta Mesa, não deve ser esquecida quando se trata da presença brasileira no Oriente Médio. Não há muitos Estados no mundo, fora do Oriente Médio, que tenham uma comunidade tão grande quanto o Brasil tem.

A comunidade de origem israelita não é tão numerosa no Brasil, mas nós sabemos que ela também é extremamente relevante na sociedade brasileira, razão pela qual, recentemente, no dia 10 de julho, eu gostaria de lembrar, para concluir, o Ministro Antonio Patriota organizou uma primeira discussão sobre os temas do Oriente Médio, particularmente Israel e Palestina, com as comunidades brasileiras de origem israelita e árabe. E o Itamaraty vai continuar esse esforço, com outras iniciativas nesse sentido.

Obrigado. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Deputada Perpétua Almeida) - Muito obrigada ao nosso Embaixador.

Há cinco pessoas inscritas, e vamos colher novas inscrições — a Socorro está se inscrevendo também. Nossa ideia é chegarmos a pelo menos 10 inscrições de 4 minutos, com 1 minuto para conclusão, e depois fechamos a Mesa com os comentários finais dos expositores.



Antes de conceder a palavra ao primeiro inscrito, eu queria pedir ao pessoal da assessoria para ficar atento, porque alguém levantou o braço para se inscrever.

Quero registrar a presença da Sra. Martha Mavrommatis, Embaixadora da República Federativa do Chipre; do Sr. Li Jinzhang, nosso Embaixador da China, que, aliás, tem passado aqui alguns dias, porque estamos comemorando os 200 anos da imigração chinesa no Brasil — ontem realizamos um evento importante, a que não pude estar presente, mas vários Parlamentares da Comissão sim; eu estava representando a Comissão num evento com a FIESP sobre comércio exterior, em São Paulo —; da Sra. Diana Radu, Embaixadora da Romênia; do Sr. Ivan Jancárek, Embaixador da República Tcheca; do Sr. Diaby Mmualefe, Embaixador da República da Botsuana; do Sr. Mohammed, Embaixador da Síria; do Sr. Marcos Tenório, do CEBRAPAZ; do Sr. Ibrahim Aleisa, representante da Embaixada do Reino da Arábia Saudita — desculpem-me se eu não pronunciar os nomes corretamente —; do Sr. Mehrez, representante da Embaixada da Tunísia; do Sr. José Antônio Sales, representante da PETROBRAS; da Sra. Anna Norell, representante da Embaixada da Suécia; do Sr. Kris Lapière, da Embaixada da Bélgica; da Sra. Anna-Karine, da Embaixada do Canadá; do Sr. Juan Pablo, da Embaixada do Peru; do Sr. Mohamad Ali Ghanezadeh, Embaixador Extraordinário da República do Irã; do Prof. Lejeune, representante das Entidades Palestinas do Brasil; do Sr. Eduardo Elias, representante da Federação das Entidades Árabes do Brasil; do Sr. Nicholas, Secretário da Embaixada dos Estados Unidos, e do Sr. Jaime, Diretor de Relações Institucionais da Confederação Israelita do Brasil, ambos representantes da Embaixada dos Estados Unidos; do Sr. Alon Lavi, Primeiro-Secretário da Embaixada de Israel; do Sr. Paul Robert, representante da Phillips Global; da Sra. Serafina Alvarez, representante da Embaixada da Bolívia; da Sra. Ploy, representante da Embaixada da Tailândia; do Deputado Alfredo Sirkis, cuja presença eu já havia registrado, e ele retorna ao plenário; e de minha amiga e companheira Deputada Elcione Barbalho.

Eu queria pedir às pessoas que forem falar que se identifiquem, que digam o nome da entidade que representam.

Concedo a palavra à Sra. Patrícia Tolmasquim.



**A SRA. PATRÍCIA TOLMASQUIM** - Bom dia a todos e a todas. Estou aqui representando a B'nai B'rith e a Federação Israelita do Estado do Rio de Janeiro. Sou diretora de relações com políticos. Participei do seminário *Lado a Lado - A construção da paz no Oriente Médio: um papel para as diásporas*.

Eu gostaria de dizer, primeiro, que eu acredito, sim, na Primavera Árabe pacífica, que acredito, sim, que, assim como os jovens da Praça Tahrir fizeram um movimento pacífico e passaram agora o poder para um grupo de militares, é possível que aconteça uma Turquia no Egito, ou seja, que os militares consigam manter uma democracia e respeitar o islamismo e as lideranças religiosas, sejam elas sunitas ou xiitas.

Eu queria deixar esse meu voto de esperança e dizer que nós que acreditamos em políticas de relações exteriores e em diplomacia às vezes falhamos, assim como falham os economistas, e nos esquecemos de que essa ciência não é exata, portanto 1 mais 1 às vezes é igual a 3, a 4, a 5, outros números.

Eu queria fazer uma pergunta importante ao Embaixador Cesário Melantonio Neto, além de agradecer as suas palavras.

O senhor abriu a possibilidade de se falar especificamente sobre o acordo de paz israelo-palestino. Eu gostaria que o senhor mencionasse também os dois posicionamentos — um, de um Estado único para dois povos, e o outro, que eu imagino que é o que o Brasil apoia, de dois Estados para dois povos — e dissesse de que forma poderíamos contribuir para o processo de paz através da educação e de uma parceria de brasileiros das diásporas.

Muito obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE** (Deputada Perpétua Almeida) - Obrigada.

Depois nós ouviremos os comentários todos de uma vez.

Concedo a palavra ao Embaixador Arnaldo Carrilho.

**O SR. ARNALDO CARRILHO** - Bom dia.

Em minha longa carreira de 51 anos de Itamaraty, 12 anos se deram no mundo árabe, seja no Maghreb, seja no Machrek. Eu apreciei muito a fala do meu amigo Embaixador Cesário Melantonio, porque ele sublinhou a centralidade de potências regionais, quando eu preferiria dizer os três vetores, os vetores daquilo



que os otomanos inventaram, chamado Levante, que é uma invenção otomana, não é árabe.

Por que esse três vetores? Porque o Egito herdou a “arabidade” do Oriente Médio, do Machrek. O Egito é africano, como nós sabemos. O Egito é mestiço, como nós sabemos. O Egito é do sul, é do *sudan*. Por que herdou? Herdou porque foi de lá, exatamente, que as grandes cavalarias do islã partiram para conquistar, rapidamente, até o Oceano Atlântico, o norte da África para o Islã.

Há uma cena muito bonita, que se poderia fazer no cinema — nunca se fez — , a do cavaleiro Oqba chegando exatamente às praias de El-Jadida, em Marrocos, e olhando furioso contra aquele oceano impossível de vencer, porque senão ele chegaria às Américas.

Todo o problema do Oriente Médio, e a humanidade se assemelha muito a isso, não se deve à causa A, B, C ou D. Deve-se, basicamente, à divisão que o Ocidente provocou no Oriente Médio depois da Primeira Guerra Mundial. É a isso que se deve.

Balfour, o grande Balfour, para os ingleses, foi o criador de muita coisa no Oriente Médio. Ele queria um lar para os judeus, e esse lar para os judeus coincidiu com o ideal sionista, que era o de criação de uma nação para o povo judeu. E esse sonho judeu era o chamado “sonho hebraico da Palestina”, que se fundiu. E, às vezes pode-se dizer, fundiu-se até mal, em certas circunstâncias, porque provocou um novo tipo de Estado, que não era o Estado pretendido, exatamente, nem por Balfour nem pelos sionistas originais, de Hertz.

Então, o que acho importante dizermos aqui é que a Síria apavora, faz tremer. O mundo está tremendo (*riso*) há mais de 1 ano com o problema sírio porque a Síria é mais do que central. Dentro dela são 17 países. Nós sempre mencionamos sunitas e xiitas. O ocidental é terrível. Ele é muito simplificador. Nós nos esquecemos do druso, nós nos esquecemos das diferentes seitas e subseitas ismaelitas, como a do Presidente da Síria. Temos de cuidar da complexidade do Oriente Médio de maneira complexa.

E, como é deveres e responsabilidades do Brasil que estejamos tratando disso, é nosso dever e de nossa responsabilidade chegar lá estudando. Se não conhecendo, estudando o que se passa lá exatamente. E a primeira coisa é



“desligar” o *Jornal Nacional*, para não ouvir bobagens sobre o Oriente Médio, porque é algo altamente negativo que podemos ter diariamente: aquele bombardeio de propaganda. Estamos aqui para cuidar de assuntos sérios, ou seja, do interesse nacional brasileiro.

De modo que a minha pergunta central vai ser esta: o meu amigo e colega Embaixador Cesário Melantonio não está de acordo de que cuidemos desses vetores com a prioridade que eles merecem?

Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Perpétua Almeida) - Muito obrigada, Embaixador.

Com a palavra o Deputado Alfredo Sirkis.

**O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS** - Bom dia a todos.

Uma das coisas frustrantes nesta Casa é a nossa incapacidade de nos clonarmos e estarmos em dois lugares ao mesmo tempo. Eu, que sou fascinado pelo tema que está sendo discutido hoje, tive que ficar um bom tempo na Comissão de Meio Ambiente porque era Relator de um dos projetos de lei, e havia também um projeto de lei de minha autoria sendo examinado na Comissão. Então, tive que ir para lá e, infelizmente, perdi uma boa parte das colocações que aqui foram feitas, embora tenha acompanhado com muita atenção a maior parte das colocações brilhantes do nosso amigo que se encontra aqui ao meu lado.

Inicialmente, antes de fazer considerações sobre o que ouvi, eu queria novamente realçar o papel que o Brasil tem desempenhado e o papel maior ainda que pode desempenhar naquela que é talvez a região mais perigosa, volátil e problemática do mundo. Pode, ao mesmo tempo, dar ensejo a uma era internacional de pacificação sem precedentes — e a Primavera Árabe, nos primórdios, apontava nessa direção —, como também pode nos envolver em conflitos de efeitos simplesmente inimagináveis.

O Brasil tem a vantagem de ter campo de diálogo com todas as partes em questão, com exceção do terrorismo *jihadista*. Com exceção do terrorismo *jihadista*, temos diálogo com todas as partes que, neste momento, têm algum grau de influência naquela região. E temos a capacidade de dialogar com elas, temos a capacidade de entender os interesses, as posições, as preocupações, as paranoias,



os medos, os temores de cada uma daquelas partes e de conceber soluções que eventualmente possam solucionar alguns problemas, porque outros parecem, neste momento, simplesmente insolucionáveis. E eu me referiria à terrível situação atual da Síria, que simplesmente não vemos como vai ser solucionada realmente, senão pela persistência de uma guerra civil que corre o risco de ser muito longa e muito dolorosa.

Mas a questão mais explosiva, que é a questão nuclear do Irã e a atitude que Israel adota em relação a essa situação, pode ser resolvida através de uma racionalidade diplomática. E o Brasil pode jogar, como já jogou no passado, um papel importante nessa questão.

Penso que não é impossível se chegar a uma situação em que, por um lado, haja um compromisso do Irã de simplesmente fazer aquilo que ele oficialmente anuncia que faz, através da palavra do seu guia supremo, o Aiatolá Khamenei... O Irã tem afirmado não estar disposto a construir armamento nuclear. Existe uma séria dúvida na comunidade internacional e até por parte de países que são amigos do Irã sobre se isso, de fato, é rigorosamente verdadeiro ou não, mas, de qualquer maneira, essa é a posição oficial. E, uma vez submetida a um regime de fiscalização eficaz por parte da Organização das Nações Unidas, passa a ser uma solução satisfatória.

Parece-me que é plausível uma solução em que o Irã possa enriquecer urânio no nível de que necessita, para uso pacífico, da energia nuclear — embora não seja um entusiasta da mesma, acho que o Irã tem todo o direito de fazê-lo —, e que haja um regime de controle internacional sobre aquela parcela menor de urânio enriquecida a 20%, só para fins muito específicos, que são as pesquisas médicas, mas que entram numa certa zona de perigo. Então, tem que haver, de fato, um monitoramento internacional muito rigoroso em relação a isso, algo dentro daquele escopo do que quase foi acertado na época do Presidente Lula. E, finalmente, um regime de inspeção muito rigoroso em relação a todas as instalações em que, eventualmente, possa estar havendo algum tipo de atividade bélica.

Evidentemente, o Irã não pode ceder a isso sem uma contrapartida. E a contrapartida tem que ser a discussão de todo o contencioso que a República Islâmica tem com os Estados Unidos e outros países ocidentais desde o momento



da Revolução Islâmica. Então, tem que haver uma metodologia através da qual gradualmente cada lado vai entregando ao outro aquilo de que o outro necessita, até chegarmos a uma solução que seja aceitável para a comunidade internacional, que tranquilize a comunidade internacional, que não desencadeie uma corrida na região para obtenção de armamento nuclear e, ao mesmo tempo, que permita que o Irã seja liberto de sanções de natureza econômica ou quaisquer outras.

Para que isso aconteça, é necessário não só uma racionalidade diplomática, mas também o mínimo de habilidade política. Na verdade, uma das características fundamentais daquela região é o aspecto muito subjetivo de nunca querer aquilo que se diz em inglês *lose the face* — perder a cara. Então, evidentemente, tudo tem que ser considerado de maneira que os governos em questão possam apresentar as soluções negociadas para as suas próprias opiniões internas — e não digo nem opinião pública, digo público interno no sentido em que essa expressão era utilizada, anos atrás, no Brasil —, mas que não esteja havendo uma humilhação do governo desse país.

Nesse sentido, acho que existe um elemento que é absolutamente primordial. E eu me dirijo, neste momento, ao Governo do Estado de Israel. Não é possível continuar ocultando a posse de armamento nuclear. Penso que o armamento nuclear israelense, quando foi construído, era absolutamente legítimo, porque se trata de um país ameaçado, de fato, de destruição, de extermínio, por parte de um contingente de países vizinhos, cuja população e capacidade de mobilização militar são infinitamente maiores, em termos quantitativos. Então, quando o armamento nuclear israelense foi construído, nos anos 1960, de fato, era uma resposta a uma ameaça existencial sobre o Estado de Israel, mas hoje em dia ele passou a ser um elemento absolutamente kafkiano, ao mesmo tempo, e surrealista, por outro lado, dessa discussão.

Eu acho que Israel tem que colocar sobre a mesa de negociação a existência do seu arsenal nuclear. Evidentemente, ele é necessário para garantir a sobrevivência do Estado de Israel, mas tem que ser reconhecido. E tem que ser colocado que, no caso de um acordo de paz com a totalidade dos países árabes e islâmicos, dentro de um espaço de tempo seguro e razoável, Israel, no quadro de uma desnuclearização geral de toda a região, estaria disposto também a dar o seu





aporte. E, até como medida de boa vontade, no dia em que fizesse isso, poderia fazer como faziam a União Soviética e os Estados Unidos na época em que começaram a diminuir os seus arsenais nucleares: pegaria umas cinco ogivas velhas e as sucatearia. Acho que isso introduziria outra dinâmica no processo de paz e outro escopo de discussão em relação à questão, neste momento, da preocupação internacional com o armamento nuclear iraniano.

Espero, de coração, que o Presidente Barack Obama, reeleito — e rezo para que isso aconteça —, possa, no seu segundo mandato, ter uma posição minimamente mais equilibrada do que a vem tendo até agora, por pressões políticas de natureza interna.

Concordo plenamente com o que falou o meu companheiro de mesa aqui ao lado, que o atual Governo de extrema direita de Israel utiliza a questão da possível aquisição de armamento nuclear pelo Irã como uma forma de desviar a atenção do foco do problema. Acho que o grande foco do problema — e com isso quero concluir; vejo certa impaciência — foi no passado, é no presente e continuará sendo a questão palestina. Neste momento, Israel está no limiar de inviabilizar a solução dos dois Estados. O avanço do processo de colonização, de assentamentos na Cisjordânia está inviabilizando a solução dos dois Estados. Então, muito em breve não haverá mais essa possibilidade, o que, para mim, como judeu não sionista — o que não é a mesma coisa de “anti”, é simplesmente “não” —, não é problema.

Não tenho um problema maior com a ideia de um Estado binacional, apenas acho que ele tem que ser obtido por meios pacíficos e vejo muita dificuldade de se chegar lá. Penso que a solução de dois Estados poderia até facilitar, no futuro, em futuras gerações, num processo similar ao da superação de ódios entre França e Alemanha, por exemplo, a chegada até o Estado binacional, mas, se o Governo de Israel insiste no avanço do processo de colonização, na verdade está se colocando diante da seguinte opção: ou será um Estado judeu não democrático, ou será um Estado democrático binacional, no futuro, em algum momento. Penso que, neste momento, existe todo um subterfúgio de afirmar a primeira solução, mas não é possível realmente criar uma situação em que milhões de pessoas sejam privados de direitos civis. Então, a prosseguir-se o processo de colonização da forma como



vem sendo ampliado, de fato, as reivindicações palestinas passarão a ser direitos políticos num território incomum.

Penso que, embora as pesquisas em Israel indiquem que vai ser mantido o *status quo* nas eleições de janeiro, a população de Israel deve pensar muito aprofundadamente a respeito dessa questão.

Para concluir, em qualquer hipótese, acho que o Brasil é um parceiro para mediar todo esse conjunto de conflitos que existe na região.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Perpétua Almeida) - Muito obrigada, Deputado Sirkis. (*Palmas.*)

Queria aproveitar para registrar a presença do Embaixador Pedro Henrique, do Gabinete do Ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota; do Embaixador do Haiti no Brasil, Madsen Chérubin; da Embaixadora da Romênia no Brasil, Diana Radu; do Embaixador da Eslováquia no Brasil, Milan Cigán; do Embaixador Santiago Mourão, Diretor do Departamento da Europa do Itamaraty; do Sr. Bernard, representante da Embaixada da Alemanha no Brasil; da Sra. Helena Felip, da Embaixada do Paraguai no Brasil; do Sr. Sissel Hodne Steen, da Embaixada da Noruega; de Silvie, da Embaixada da Suíça; Mia Garashi, da Embaixada da Finlândia; do Sr. Machado, da Embaixada da Jordânia; de Neu Moin Andwei e Natália, da Embaixada da Rússia; Márcia da Glória, representante da Marinha; Marcelo Rech, do Inforel; e Wu Zhihua — não sei se pronunciei corretamente —, do *Diário do Povo*, da China.

Muito obrigada.

Vamos à nossa próxima inscrição: Milena e depois Socorro Gomes.

Vou insistir e pedir às pessoas que se apresentem.

Milena está presente? (*Pausa.*)

Então, com a palavra a Sra. Socorro Gomes.

**A SRA. SOCORRO GOMES** - Eu me chamo Socorro Gomes. Sou integrante do Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos e Luta pela Paz e estou presidindo o Conselho Mundial da Paz.

Primeiro, queria louvar a iniciativa da Deputada Perpétua Almeida de promover o debate de um assunto absolutamente importante não só para nós



brasileiros, para a Câmara dos Deputados, mas também para a humanidade, para vermos quais são as nossas responsabilidades.

Evidentemente, tratar do conflito no Oriente Médio, depois de tantos ilustres conferencistas que dominam a região, é se arriscar, mas vou fazê-lo sobre alguns pontos.

O primeiro: creio que o ponto central do conflito, hoje, no Oriente Médio, depois de toda a mal chamada, no meu entendimento, Primavera Árabe e depois da derrocada, da destruição da Líbia por algumas potências ocidentais alinhadas à OTAN e coordenadas pelos Estados Unidos, é a Síria, que, de fato, não é um país rico. Diria que o nosso internacionalista, Dr. Hussein, colocou o dedo na ferida: *“Por que a Síria?”* A Síria não é um país rico. Evidentemente, problemas tem, do ponto de vista social e político. E o próprio Presidente começou a atender às reivindicações do povo na rua, abriu a questão das eleições, garantiu uma série de conquistas, mas, ainda assim, Hillary Clinton, Secretária dos Estados Unidos, vai a público a todo momento dizer: *“Nós só nos contentamos se derrubarem Bashar al-Assad. Não há outra saída”*. O tempo inteiro. No meu entendimento, não é uma luta de Ocidente contra Oriente. É a única diferença, digamos assim.

Mas o Dr. Hussein colocou o dedo na ferida: se Bashar al-Assad obedecer aos Estados Unidos e a Israel, fica tudo bem. A questão é que é um regime que tem independência.

E, no afã, às vezes eu penso que o debate fica esquizofrênico — no mundo, não só no Brasil —, quanto a essa questão nuclear. Estive na Síria em abril. O que passa na mídia não é bem o que se passa lá. É completamente distinto. Nós estávamos em Damasco e diziam: *“Damasco está sob bombardeio”*. Estávamos andando por Damasco.

Evidentemente, é um problema cada vez mais difícil. A única solução ali é a saída dialogada, é a insistência. E o Brasil pode jogar um papel — tem credibilidade, tem respeito. E há a ligação afetiva, como disse o nosso Embaixador. Nós temos a ligação afetiva: a nossa cultura, a nossa história tem uma contribuição muito grande dos árabes, dos libaneses, dos sírios. Então, temos uma obrigação.

Porém, eu digo que é esquizofrênico quando se trata da questão do Irã: *“As armas nucleares do Irã, as armas nucleares do Irã.”* Não existem armas nucleares



no Irã, segundo as autoridades de governo e segundo a Agência Internacional. No entanto, as únicas potências... E eu acho que isto tem a ver com o conflito: Israel, que tem de duzentas a quinhentas ogivas — uns falam em trezentas; outros, em duzentas —, não assinou o tratado de não proliferação nuclear. O Irã assina. E tanto a religião quanto o Governo do Irã determinam que só pode haver desenvolvimento da energia nuclear para fins pacíficos.

Vejam bem: qual foi o único país do mundo que lançou armas nucleares? Foram os Estados Unidos, em Hiroshima e Nagasaki. E esses são os que capitaneiam a pseudoluta contra as armas nucleares. Então, é isso que eu chamo de esquizofrenia.

Primeiro, nós do Conselho Mundial da Paz defendemos a erradicação de todo armamento nuclear do mundo. De todo. E que haja o desenvolvimento da energia nuclear para fins pacíficos. Isso é essencial.

A outra questão é o conflito Palestina-Israel. Evidentemente, quando o Estado de Israel foi criado, logo após a Segunda Guerra Mundial, a Resolução da ONU determinava dois Estados — o Estado de Israel e o Estado palestino. No entanto, criam somente o Estado de Israel. É uma crueldade, é uma perversidade, é uma injustiça, porque foi a força bruta que impôs a não construção do Estado da Palestina.

Passa por aí também a solução dos conflitos no Oriente Médio. E o Brasil tem ajudado, tem tomado uma posição muito positiva. Inclusive, foi um dos primeiros países a reconhecer o Embaixador do Estado da Palestina. E creio que o BRIC joga um papel importante. A Rússia e a China, diferentemente do que aconteceu na Líbia, com aquela questão da zona de exclusão do espaço aéreo, que foi aproveitada para destruir a Líbia e assassinar o Presidente da Líbia, hoje insistem em que não haja de forma alguma o bloqueio, vamos dizer assim, ou a ingerência militar, mas que se busque a saída pacífica. Eu creio que para nós é fundamental.

Agora, um dos maiores promotores falou muito aqui das potências europeias — estou completamente de acordo —, principalmente da OTAN, depois da sua nova concepção, porque a OTAN sempre foi agressiva, mas dizia que era para conter o bloco soviético, tinha um pseudoargumento. Com a queda do Leste, a OTAN diz:



*“Não, as ameaças vêm de todos os lugares, e nós temos que estar prontos para qualquer lugar do mundo”.*

Fez muito bem o Ministro da Defesa do Governo brasileiro, Celso Amorim, quando disse o seguinte: *“Não me venha colocar meio ambiente e direitos humanos na questão da defesa da América porque os pretextos são os mais diversos.”* Esse negócio de democracia... Essas potências que estão aí destruindo a Síria... Não é amor pela democracia. Parece tudo um grande negócio. Mas os princípios fundantes da ONU devem nos nortear, e são estes: o respeito às nações, o anseio de justiça, a autodeterminação e a soberania; e todas as nações são iguais, sejam grandes, sejam pequenas. E não está acontecendo isso na Síria, Deputada Perpétua.

Então, nós queremos trazer um pouco do clamor social, porque o que acontece lá longe, no Oriente Médio, pode acontecer aqui. Temos um mar riquíssimo, temos a Amazônia, com a maior biodiversidade do planeta, temos grande concentração de água doce. Porém, temos um pequeno número de potências. Uma delas domina a terra, o mar, com suas bases militares, com suas frotas navais, e o espaço sideral. E domina muitas vezes a consciência humana com a mídia totalmente a seu serviço.

Então, nós queremos o quê? O princípio que nos norteia é o respeito à paz. E, ao povo sírio, a solidariedade do povo brasileiro. Somos povos irmãos.

Era isso. *(Palmas.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Perpétua Almeida) - Muito obrigada, Sra. Socorro Gomes, que foi Deputada desta Casa por quatro mandatos.

Só queria lembrar aos senhores que há mais dois oradores inscritos e que depois vamos passar a palavra aos componentes da Mesa; que, na parte da tarde, às 14h30min, a segunda Mesa será sobre o tema *Os Meios de Comunicação em Zonas de Conflito e a Luta pela Paz*, na qual ouviremos Samy Adghirni, Chefe do Escritório da *Folha de S.Paulo* em Teerã, no Irã; Marcelo Rech, representante do Inforel; e Socorro Gomes, Presidente do Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos e Luta pela Paz.

Com a palavra o Sr. Brasil Helou.

**O SR. BRASIL HELOU** - Antes de mais nada, eu me apresento: meu nome é Brasil Helou, de origem...



*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. BRASIL HELOU** - Helou significa “doce”. *(Risos.)* Talvez pela profissão de algum antepassado, doceiro.

Represento uma federação de entidades árabe-brasileiras — culturais, exclusivamente culturais — e faço parte, é claro, daquela referência que o Embaixador Cesário deu, dos imigrantes e dos seus descendentes.

Além de agradecer, de parabenizar a Mesa e concordar com o pronunciamento que todos os membros da Mesa fizeram, que foi bastante amplo, inclusive o do Embaixador Arnaldo Carrilho, que fez também um bom pronunciamento, um excelente pronunciamento, pedi a palavra para detalhar um pouco, não o tempo, mas o assunto: as pessoas, os parentes, aqueles que estão vivendo e sofrendo lá na Síria. E também, se me permitem, para corrigir a convocação desta assembleia, que fala da guerra civil na Síria. Eu não concordo...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Perpétua Almeida) - Desculpe-me. Foi corrigido, no segundo convite.

**O SR. BRASIL HELOU** - Está bem. *(Riso.)*

Porque eu não concordo com o termo “guerra civil”. Para mim, é uma invasão. É uma invasão das potências interessadas... Não vou detalhar porque todos da Mesa já detalharam as suas razões, as razões para essas potências estarem invadindo a Síria, utilizando pessoas de fora e também da Síria, contratadas e pagas, segundo declaração dos Governos da Arábia Saudita e do Catar. E comandadas... Também não vou entrar em detalhes. Seria ir muito além.

Mas quero só chamar a atenção, lembrando a Guerrilha do Araguaia. Imaginem se a Guerrilha do Araguaia no Brasil tivesse aquela quantidade de caminhonetes com “*kit* metralhadora” ou “*kit* mísseis”? Se tivesse aquela quantidade de veículos novinhos, zero quilômetro, uniformes, como seria a Guerrilha do Araguaia? Seria entendida como brasileira? É assim a invasão lá feita. São os mesmos carros, os mesmos veículos... Não os mesmos, mas o mesmo tipo de veículo que foi usado na Líbia. A tecnologia é a mesma. Coloca-se um “*kit* metralhadora”, “um *kit* míssil” e solta-se esse povo lá, para causar terror e matanças, com o sangue dos sírios, comandado com o dinheiro daqueles falsos árabes — sauditas e cataris. São assassinos, absolutamente assassinos. Não tenho medo



nem tenho papas na língua para dizer as palavras: são aqueles que pagam, são os mandantes do crime.

Então, essa denúncia que eu faço, talvez por razões diplomáticas, os profissionais, os excelentes profissionais, que tanto admiro, do Itamaraty, não possam fazer, talvez não possam usar essas palavras. Mas, como descendente, tenho o dever de dizer isso. É uma acusação que faço, comandada, sim... E me permitam corrigir o excelente pronunciamento do Dr. Ali, que diz que os Estados Unidos estão meio por cima. Não, eles comandaram essa organização, eles têm experiência nisso, de organizar aqueles grupos terroristas, como fizeram no Iraque. O mesmo embaixador americano que esteve em Damasco chegou lá em fevereiro, e em março começaram as manifestações organizadas, por eles inclusive. Então, são profissionais, não são diplomatas. A gente pode conseguir essas informações com entidades canadenses não árabes: na *Global Research*, do Canadá, você pode obter essas informações.

Finalmente, quero agradecer novamente por todos os pronunciamentos: da Dra. Socorro, dos Embaixadores, da Mesa e do Deputado Sirkis, que também falou de maneira bastante ampla, com o qual eu compartilho muitos pontos no aspecto geral do Oriente Médio.

Era só. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Perpétua Almeida) - Muito obrigada.

Eu só queria aproveitar a oportunidade para pedir desculpas. No primeiro convite que nós fizemos, realmente foi utilizado o termo “guerra civil” em relação aos acontecimentos na Síria. Tão logo nós identificamos, fizemos a devida correção, porque também achamos que era um termo injusto para o que estava acontecendo na Síria.

Antes de chamar o último orador inscrito e de passar a palavra aos integrantes da Mesa, queria registrar a presença do Embaixador Alexandre Gueiros, Cônsul-Geral do Brasil em Roterdã; da Milena Smit, Embaixadora da Eslovênia.

Com a palavra Lejeune Mirhan.

**O SR. LEJEUNE MIRHAN** - Eu quero me apresentar rapidamente. Eu sou sociólogo, professor universitário, mas me apresento, na maioria das vezes, como arabista, porque estudo o Oriente Médio há 30 anos. E também, assim como Brasil



Helou, sou daquele pedaço de descendentes e imigrantes — meu avô chegou da Síria em 1913, e tenho muito orgulho disso. Mas estudo o Oriente Médio não porque meu avô era sírio ou árabe, mas porque acho que é a região mais estratégica do planeta.

Deputada Perpétua, quero parabenizá-la por sua iniciativa e a Comissão e parabenizar os expositores, com os quais me identifiquei bastante, mas queria fazer algumas considerações, particularmente sobre a Síria. Volto a dizer: não porque meus antepassados eram da Síria.

O que está em jogo no Oriente Médio hoje? E quero dizer também que represento o Dr. Elayyan Aladdin, que é Presidente da Federação Árabe Palestina do Brasil. Sou militante da causa palestina há 30 anos e lamento que a questão palestina seja hoje um segundo ponto, que tenha ficado num plano secundário. O que se trava nessa batalha no Oriente Médio? E trouxe aqui um artigo que escrevi: *A Batalha da Síria*. Está em jogo... E esse é um ponto de vista meu. Mas não só meu, é também de James Petras, do Chossudovsky, um canadense do *Global Research*, que Brasil Helou citou, de Paul Craig, ex-Procurador da República nos Estados Unidos. Eles têm defendido a tese de que é possível que esteja em construção uma nova ordem mundial. E essa nova ordem mundial teve uma data de início: 4 de fevereiro deste ano, quando o Conselho de Segurança das Nações Unidas, com o apoio da China e da Rússia, veta uma resolução, que seria muito parecida com aquela do caso da Líbia, que praticamente autorizaria o ataque da República Árabe Síria.

Então, é aquilo que eu coloco muito claramente no meu artigo e que já foi falado aqui: não está em jogo a democracia na Síria. Se o Presidente Bashar fosse títere e serviçal dos Estados Unidos, estaria tudo resolvido.

Aliás, na Síria, hoje, está em curso um processo de amplas reformas políticas: uma nova Constituição, referendada por um plebiscito popular. Mesmo sob o ataque das potências estrangeiras, 90% da população síria referendou a nova Constituição do único Estado laico do Oriente Médio, do único que restou e que está sendo destruído. Pedra sobre pedra, nada está ficando de pé. E é o que ele falou: não se encontra um kalashnikov, que custava mil dólares no mercado paralelo. Hoje custa





10 mil dólares. E a Síria hoje está coalhada de kalashnikovs, de mísseis antitanque, helicópteros e outras coisas.

Então, eu queria registrar essa opinião e perguntar ao companheiro Hussein se ele acha que é isso. Tenho uma discordância em relação ao que você colocou: que Israel não tem nenhum interesse na queda de Bashar. Concordo com 90% do que você falou, mas acho que o sionismo está por trás disso. É uma aliança imperialista sob o comando dos Estados Unidos, que não querem aparecer muito por causa da eleição, e aí usam o dedo de quem? Usam a Inglaterra e a França, que estão mais ou menos na linha de ataque. E são financiados pelas monarquias fascistas, pelas petromonarquias do Oriente, sob o comando do Rei da Arábia Saudita, onde não há democracia nenhuma. Ele diz que é amigo da Síria, que quer a democracia na Síria, mas no país dele não há nenhuma democracia. As mulheres não têm nem direito a voto; não há eleição naquele país. Com que moral ele vem dizer isso?

Então, a nova ordem é esta. E o único posto que a Rússia mantém no Oriente Médio é o Porto de Tartus. E vocês sabem que, na Antiguidade Romana, o Mediterrâneo era chamado de *mare nostrum* — nosso mar. Se a Síria cai, a Rússia perde aquele posto. Paul Craig disse isto: “Os russos não beberão água no Mediterrâneo nem de canequinha”.

Então, eu queria fazer esses comentários e dizer que o plano de Annan e de Brahimi vai fracassar se continuarem falando em duas partes de um conflito e que as duas partes têm que se desarmar. Há um terceiro elemento, que são as potências estrangeiras, sob o comando do imperialismo norte-americano, que quer derrotar a China — a crescente China — e a Rússia, neste momento. Então, o terceiro elemento é esse. Tem que desarmar, é verdade; tem que chegar à paz, com o diálogo entre as duas partes, mas, como disse Bashar, é só parar de financiar os rebeldes que cessa o conflito na Síria.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Perpétua Almeida) - Muito obrigada.

Eu queria registrar que esteve presente o Deputado Henrique Fontana e que conosco está aqui o Deputado Ivan Valente.



Nós passaríamos a palavra agora aos membros da Mesa, para responderem às perguntas, mas o Deputado Alfredo Sirkis me pediu 1 minuto para fazer uma consideração.

**O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS** - Bem, eu queria ser uma nota discordante em relação ao que foi dito aqui sobre a Síria. Penso que a situação, realmente, é bem mais complexa do que isso.

E até, nesse sentido, discordo um pouco do enfoque que você deu, na sua intervenção, como se tudo fosse um grande jogo de fantoches, com manipuladores. Sei que na região as teorias conspirativas têm muito sucesso, mas vejo, de fato, a questão Síria de outra maneira: um regime de ditadura do Partido Baath, assentado numa minoria da população, que são os aluítas, com características laicas — e nesse sentido a análise dele me parece absolutamente correta — e com características de uma previsibilidade e de um controle interno da situação que são objetivamente interessantes para o Estado de Israel.

Então, eu compartilho desta análise: no fundo, no fundo, Israel não tinha o menor interesse na queda do regime de Assad. O que aconteceu ali foi muito simples: o contágio da Primavera Árabe e um segmento da população querendo maiores liberdades há muito tempo, desde a época em que o ditador sucedeu seu pai. Tinha certa aspiração a uma liberalização do regime e foi para as ruas, imitando o que tinha acontecido no Egito, na Tunísia. Sofreu uma repressão implacável — as manifestações ali, desde o primeiro momento, foram reprimidas a tiros —, e se deu uma escalada dramática que passou a ser manipulada por todas as potências presentes naquele tabuleiro, porque ali todo mundo tem interesse. Então, a partir daí, é verdade que os Estados Unidos interferem, embora queiram se colocar mais à distância; é verdade que a Arábia Saudita e o Catar armam determinado lado, que o Irã arma o outro lado. Existem interesses os mais variados em jogo, e de fato há, neste momento, no processo sangrento em curso na Síria, uma forte intervenção de vários tipos de forças estrangeiras. Mas não se pode perder de vista que, na gênese disso, as primeiras manifestações correspondiam a uma aspiração presente naquela sociedade muito similar ao que aconteceu na Tunísia, muito similar ao que aconteceu no Egito.



Então, eu acho que as teorias conspirativas, embora muito populares no Oriente Médio, não fazem demasiado bem ao Oriente Médio. Agora, a saída para aquilo que de fato não poderia chamar de outra coisa senão, agora, de uma guerra civil... E não acho que seja uma invasão dos *marines*, nem uma invasão do tzahal israelense, nem uma invasão da Arábia Saudita. É um conflito interno em que um monte de outras forças internacionais agora interferem com seus interesses.

Na segunda questão, eu gostaria de me insurgir contra uma falsificação histórica que ouvi: a de que, no momento em que o Estado de Israel foi criado, ele esmagou violentamente o Estado palestino. Vamos colocar as coisas como elas são: depois que o Estado de Israel foi criado, em histórica Assembleia Geral das Nações Unidas presidida pelo saudoso Embaixador Oswaldo Aranha, na noite seguinte, o Estado de Israel foi atacado por todos os países vizinhos, que não se conformavam com a solução de dois Estados. E essa ameaça existencial sobre o Estado de Israel perdurou até 1967. O que aconteceu depois de 1967 foi uma tragédia: o ameaçado vira o ameaçador; aquele que estava ameaçado de desaparecer faz os outros desaparecerem. De fato, a ocupação ocorrida em 1967 e sobretudo a preservação dessa ocupação na Cisjordânia, com a criação de assentamentos de colonização, religiosos ou não religiosos, naquela região, que está pouco a pouco inviabilizando a solução de dois Estados, é uma etapa subsequente.

Da mesma forma, evidentemente, eu me insurjo contra a falsificação histórica daqueles que negam a existência do holocausto. E considero isso uma grande ameaça à paz porque, de fato, não só aqueles que concordam com a política do Estado de Israel — entre os quais absolutamente não me incluo —, mas também todos os 7 milhões de judeus que vivem fora do Estado de Israel se consideram pessoalmente insultados pela negação do holocausto. Penso nas 60 pessoas da família da minha mãe, na cidade de Pinsk, que foram exterminadas por nazistas durante a Segunda Guerra Mundial; penso nas cento e poucas pessoas da família do meu pai, em Lodz, na Polônia, que foram exterminadas por nazistas. Então, não me venham dizer que isso não existiu.

Eu acho que uma das coisas mais terríveis na história da humanidade é quando o oprimido de ontem se torna o opressor de hoje.



Então, ao mesmo tempo em que lamento profundamente a política do Governo do Estado de Israel, especificamente deste Governo Netanyahu-Lieberman, de direita e de extrema direita, que está pouco a pouco matando a possibilidade de uma solução em dois Estados, eu não posso deixar de me insurgir contra a falsificação histórica e determinadas colocações que me fazem lembrar daquela velha frase: *“O antissemitismo é o socialismo dos tolos.”*

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Perpétua Almeida) - Obrigada, Deputado Sirkis.

Deputado Ivan Valente, V.Exa. não se inscreveu, mas vou lhe conceder a palavra.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Eu não me inscrevi porque só queria parabeniza-la, Sra. Presidente, pela proposta, pelo evento. Como eu não pude ouvir os palestrantes, se V.Exa. permitir, no final posso me posicionar.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Perpétua Almeida) - Sim, é claro. Com certeza.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Aliás, falar do Oriente Médio não é fácil, porque é complexo e leva tempo.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Perpétua Almeida) - Nós vamos ouvir agora as considerações finais da Mesa. V.Exa. quer falar logo?

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Não, eu falo depois.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Perpétua Almeida) - Então, V.Exa. fala antes de o Ministro das Relações Exteriores responder às perguntas. Pode ser?

Eu vou passar a palavra aos dois palestrantes.

Eu queria registrar ainda a presença do Embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, Subsecretário-Geral para África e Oriente Médio, do Ministério das Relações Exteriores.

Vamos ouvir, então, o Sr. Thiago de Aragão, consultor e estrategista internacional das empresas brasileiras naquela região. Se tiver pergunta para responder, pode responder e, em seguida, fazer as suas considerações finais.

**O SR. THIAGO DE ARAGÃO** - Bom, é natural que o foco das perguntas seja essencialmente político.



As minhas considerações finais são muito baseadas no que eu vi aqui hoje que o Brasil tem um papel importantíssimo que pode desempenhar na região. E, tradicionalmente, desde o fim da Segunda Guerra, nós temos, basicamente, os mesmos atores agindo na região, sem conseguir nenhum avanço em termos de perspectivas de paz. O Brasil pode ter total capacidade de trazer algo novo, algo diferente, e uma visão de um país que tem, hoje, a confiança de que pode agir internacionalmente.

Isso pode se feito de várias formas possíveis. Como eu disse, na minha apresentação, o Brasil é um dos principais detentores no mundo do *soft power*, da capacidade de influenciar pelas vias pacíficas, porque temos a capacidade de montar artefatos nucleares e decidimos não fazê-lo. Isso nos dá moral suficiente para poder agir em situações que envolvem esse tipo de discussão e nos posicionarmos como influenciadores.

O que ainda falta um pouco no Brasil é modificar nossa forma de agir como um país essencialmente doméstico. Infelizmente, as reflexividades em temas internacionais ainda não são tão constantes como deveriam ser. E essa reflexividade gera uma falta de planejamento que envolve opiniões da sociedade civil. Recentemente, esse evento que o Itamaraty desenvolveu com as diásporas foi um excelente passo nessa direção.

Então, o que o Brasil tem a conquistar é muito grande, principalmente dentro da possibilidade de atuar na região.

Então, onde imagino que empresas brasileiras podem entrar nisso? Empresas brasileiras possuem uma aceitação global muito boa. As empresas brasileiras são uma cara que o Brasil pode dar para entrar num país; elas são a comprovação de nossas capacidades operacionais, de execução, tecnológicas e técnicas.

Então, a mensagem que eu espero deixar em relação a isso é que a participação do Brasil no Oriente Médio seja cada vez maior e por meio da capacidade e do diálogo. E espero sensivelmente que as nações envolvidas nos principais conflitos na região levem em consideração o que o Brasil pode oferecer em termos de construção, diferentemente do histórico recente, que foi feito com países que trazem mais do mesmo.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Perpétua Almeida) - Muito obrigada Thiago.



Com a palavra o Prof. Hussein.

**O SR. HUSSEIN ALI KALOUT** - Muito bom. Creio que todas as perguntas foram muito interessantes e pontuais, em alguns aspectos. Vou tentar responder a algumas indagações que, creio, merecem melhor esclarecimento.

A primeira pergunta, da Patrícia, é sobre o acordo de paz entre Israel e a Palestino. Para mim, o acordo de paz está enterrado. Ele precisa ser revitalizado com novos interlocutores, porque o quarteto existente, desde a Intifada de 2000, não conseguiu avançar um milímetro em direção à paz.

É importante ter esperança, é fundamental ter esperança. Entretanto, é muito difícil dizer a um povo ocupado ter esperança na medida em que, 12 anos após o lançamento de uma rodada de negociação, ela só retrocedeu. Hoje, os palestinos, em relação a 2000, têm mais território ocupado. O número de colônias cresceu em 400 mil. E qual o objetivo básico do acordo de paz? É desocupação, é devolução de território. Então, como é que se vai discutir devolução de território se ao mesmo passo segue-se ocupando, expandindo; ocupando, expandindo?

Então, primeiro, não creio que no Governo Netanyahu-Lieberman haverá qualquer acordo de paz. Obama pode ser reeleito, ou não reeleito. Enquanto o governo de extrema direita estiver à frente de Israel, não haverá acordo de paz! Por um motivo: primeiro, a coalização do Netahyanu é frágil. E ela é composta por quem? Pela extrema direita, pelos colonos assentados nessas construções e pelos partidos ultraortodoxos. E a plataforma deles é o que? A não devolução dos territórios. Simplesmente, se o Netanyahu cogitar a possibilidade — e não creio que cogite — de se sentar à mesa de negociação, basta o Yisrael Beytenu sair da coalisão e a colisão dele cai. Esse é o problema. Quer dizer, o Governo Netanyahu não tem uma ampla maioria para levar à frente um processo de paz. Isso tem que estar muito claro.

Um cenário possível é a vitória dos trabalhistas com a aliança com o Kadima e, de repente, uma vitória do Obama. Assim é possível tentar pensar um processo de paz. Mas enquanto isso, não é possível. Se Romney vencer a eleição, você pode esquecer qualquer acordo de paz na região, definitivamente, pelo menos enquanto ele estiver à frente do Governo norte-americano.



Então, em relação a essa realidade do impasse israelo-palestino, a parte mais forte do conflito, Israel, não quer negociar. E existem tendências dentro do governo que acreditam que o momento certo de negociar é quando os palestinos estiverem em condições mais fracas, em que não haverá um acordo negociado senão uma imposição de condição para aceitar um plano de paz. Se depender da lógica do Yisrael Beytenu e do Netanyahu, do Likud, o Estado palestino só será criado na Faixa de Gaza. Essa é a verdade. Esse é o primeiro ponto a ser mencionado.

Quanto aos acordos, eles estão enterrados há muito tempo. Não existe um processo de paz, ele tem que ser reconstruído do zero. Agora você precisa de duas coisas: ou você troca os interlocutores e abre espaço para mais interlocutores, ou você faz valer o direito internacional e as resoluções do Conselho de Segurança. As resoluções do Conselho de Segurança nunca são cumpridas. A abertura de espaço para mais interlocutores depende de os Estados Unidos e de Israel aceitarem outros interlocutores.

Então, como se resolve o impasse? Você depende de uma astronômica combinação celestial para que se consiga evoluir no processo. Você precisa de uma mudança geracional, de um novo rabino, um sujeito como o Clinton, independente em relação à AIPAC, coisa que o Obama não é. Ele recuou diversas vezes em seu discurso. E você precisa de um Líder palestino viável. Hoje você tem o melhor líder palestino para negociar, mas a oportunidade vai passar.

A pergunta, na verdade, foi dirigida ao Embaixador Cesário pelo Embaixador Carrilho, que é a reencarnação do Diderot, por sua eloquência e análise muito profunda do Oriente Médio. Enfim, o senhor mencionou a questão Oriente/Ocidente, as mazelas do Oriente como uma responsabilidade do Ocidente. Eu diria o seguinte: se lermos Edward Said, encontraremos certo sentido para essas explicações. Creio que hoje o grande perigo para o Ocidente é não desejar o mundo árabe coeso, um islamismo unificado. Essas duas combinações são a antítese do que americanos, israelenses e europeus desejam. Aí está o perigo, mas deveria ser o contrário. Eles apostam. Desde os anos 70, vemos a fragmentação do Líbano em grupos sectários, a fragmentação do Iraque, hoje, em grupos sectários e também a fragmentação da Síria. Isso justamente corrobora para que o fomento a essa divisão étnica seja a



essência da falta de unidade, seja a essência da falta de diálogo e seja a essência da manutenção hegemônica dessas potências sobre a região.

Quanto à pergunta do Brasil Helou eu queria dizer o seguinte — aí eu responderia em parte à pergunta do Lejeune — sobre a questão norte-americana no contexto. Por mais que os Estados Unidos tenham interesse na região como um todo, eles sabem que a confrontação com a Rússia na questão Síria é crítica, muito crítica. E eles sabem que a Síria é uma zona de influência russa. Então, eles não estão dispostos, creio eu, a recriar uma bipolaridade a partir da questão Síria. Se eles fizerem isso, os russos vão fazer isso na questão Israel/Palestina e em outras questões que tocam diretamente os interesses dos Estados Unidos.

Ainda sobre essa questão, quando o colega discordava da posição dos Estados Unidos, acho que os Estados Unidos podem até desejar a queda do Bashar, mas não da espinha dorsal do *establishment*, porque senão vai virar Líbia, e o conflito na Síria será incontrolável se transbordar para o Líbano. Se transbordar para o Líbano, vai transbordar para Israel e vai transbordar para toda a região. Então, na verdade, eles podem querer, sim, a troca de uma figura personalista, mas não do *establishment*, porque o *establishment* em si é favorável à estabilidade de Israel. Isso é claro.

Eles vão querer derrubar o regime e deixar a região ser conduzida a bel prazer pelo processo democrático? E os grupos islâmicos controlarem o Estado Sírio? E aí o que acontece? Eles não querem um governo independente do atual *establishment* com capacidade e eloquência na questão do Golan. No que diz respeito ao Governo sírio até o momento, desde 1973, a situação do Golan é estável. Então, eles não têm interesse. Repito, eles podem querer trocar a figura personalista do Bashar, mas não a espinha dorsal do *establishment*. Eles não têm interesse nisso, porque eles sabem o que eles têm na mão: uma estrutura previsível é claro.

Penso que respondi à sua pergunta. A mudança do governo do partido Baas como um todo não necessariamente representa estabilidade para a região, muito pelo contrário.

Para finalizar, peço ao Deputado 1 minuto para falar sobre a questão nuclear iraniana, não defendendo a causa iraniana, apenas fazendo uma análise estratégica





da região. Ou se apresenta um projeto de desnuclearização regional, ou, no futuro,... Eu não sei se o Irã tem ou não tem armas atômicas, se os compromissos são certos ou errados. O que eu posso dizer é que é um Estado rodeado por diversos países com bases militares americanas em sua fronteira, tem o direito e a legitimidade de ter domínio de armas não convencionais. Os Estados Unidos têm uma base no Bahrein, uma base na Arábia Saudita, uma base no Catar, uma base na Turquia, uma base no Iraque, uma base no Afeganistão. E vamos falando de mais quantas bases? Todas essas bases circundam o território iraniano. Então, ninguém aqui está convencido de que essas bases existem apenas para a manutenção da ordem, elas têm uma finalidade.

Se você quer exigir de um País que busca o direito — estou aqui imaginando — de ter acesso a armas não convencionais, é preciso dar sinais de confiança: “Olha, eu vou retirar minhas bases daqui. Nós vamos firmar um acordo nesse sentido.” Aí a situação pode estar resolvida. Portanto, a questão nuclear iraniana é uma retórica perfeita para desviar a atenção para vários outros problemas cruciais na região — cruciais na região. Os senhores não achem que não há um plano de invasão ao Irã, a questão é custo/oportunidade — quando e quanto custa. Os americanos têm um controle. A região do Oriente Médio detém 60%, segundo estudos da OPEP, do petróleo mundial. Sessenta por cento do petróleo mundial, na região, está centrado entre as três maiores reservas: Arábia Saudita, Irã e Iraque. E o pouco que sobra é dos países satélites do Golfo.

Se você controlar o Irã, praticamente controla todas as importantes reservas da região e dita o ritmo do crescimento mundial. A China importa 30% do petróleo iraniano. Vinte por cento do petróleo chinês, desses 30%, servem indiretamente para o processo industrial chinês. Você vai passar a controlar o progresso e o ritmo da indústria chinesa. Quer dizer, a questão iraniana vai também muito além do programa nuclear.

Bom, com essas considerações, dou-me por satisfeito.

Obrigado. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Perpétua Almeida) - Muito obrigada, professor.

O Deputado Ivan Valente não estava presente e pediu para se inscrever.



Quero dizer que nós distribuimos hoje para os senhores o caderno de leitura do Ministério das Relações Exteriores e Fundação Alexandre de Gusmão sobre um debate que aconteceu, intitulado *Lado a Lado: A Construção da Paz no Oriente Médio - um Papel para as Diásporas*. Aconteceu no dia 10 de julho deste ano em Brasília.

Com a palavra o Deputado Ivan Valente.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sra. Presidente, Srs. Deputados e todos os presentes neste belo debate, complexo debate também, peço desculpas por ter chegado atrasado, por funções de liderança no partido.

Interessa-me muito este debate. Não há tempo necessário para não só ouvir, mas também poder fazer algumas considerações. Mas não poderia deixar de dizer que a questão do Oriente Médio é tratada, particularmente pela mídia mundial, de uma forma extremamente não informadora. Quero fazer primeiro essa consideração.

Quem controla os meios de comunicação mundial e que informações chegam às pessoas? Em toda a questão de Oriente Médio, é evidente que a mídia mundial é parcial. Ela tem posição, ela deforma as informações. E isso é um problema sério, porque cria movimentos de opinião nos países. Isso não vale só para lá, vale para a América Latina também. É só ver o que se faz com a Venezuela na grande imprensa.

Primeiro eu quero dizer isso, ou seja, saber o que está acontecendo. Segundo, estamos falando de civilizações. Quando se fala do Irã, do Iraque, não se está falando de nações que apareceram agora, são civilizações.

A terceira questão é o problema do poder econômico na região. Agora o nosso Diretor de Relações, Hussein, abordou de uma forma precisa o que é a reserva petrolífera do Oriente Médio. O império americano sabe perfeitamente o que tem de petróleo lá e o que significa o controle do petróleo para quem já esgotou suas reservas petrolíferas, e é a maior potência econômica do planeta.

Então, se não analisar desse ponto de vista, fica aquela questão simplista e ideológica. “Ah, o Saddam Hussein tem armas químicas, então, vamos invadir”. “O Irã tem agora um artefato nuclear sendo produzido...” Esse é o problema. Então, é um problema étnico só. Não, a coisa é sempre mais complexa. Há um conjunto de interesses aí colocado.



Eu queria dizer o seguinte. Pena que o Deputado Sirkis não está aqui. O Deputado Sirkis está aí? Eu queria falar na presença dele, sei que temos aí algumas concordâncias e algumas divergências, mas primeiro eu quero concordar com ele na questão de que negar o holocausto é uma estupidez absoluta. Não existe. E talvez seja um dos maiores erros dos dirigentes iranianos, porque isso é uma munição espetacular para o Estado israelense e para esses direitistas que controlam o Estado israelense.

A nossa cultura é muito bombardeada pelo Ocidente, inclusive, essa é uma questão extremamente ventilada, documentada e tal, diferente do que aconteceu na China. Quem conheceu o Massacre de Nanquim e a presença japonesa na Manchúria vai ver que o nazismo ficou mais abaixo, vai saber o que foi a violência da invasão do fascismo lá, do fascismo japonês.

Isso não tira o holocausto. O holocausto existiu. Morreram milhões de pessoas e tal. Já a criação do Estado israelense é um acordo de potências para solucionar uma determinada questão que tem uma base econômica atrás. E daí em diante se pensou o controle pelas potências no Oriente Médio em cima de uma questão que vinha realmente de um sofrimento da questão judaica. A partir daí, Israel se tornou uma potência militar, a terceira maior potência militar praticamente. É um negócio fantástico, um Estado que não tem 10 milhões de habitantes tornar-se a maior potência militar. Qual é a razão disso? Assegurar, não a segurança do povo israelense...

Felizmente há gente dentro de Israel e democratas que já se aperceberam disso, gente que não quer fazer o serviço militar a vida toda e desconfiar até do filho, daqui a pouco, porque é uma situação de enorme tensão aquela. Mas o que o Estado israelense faz, aí, sim, armado politicamente, armado militarmente pelo Governo norte-americano e pelas potências europeias, é uma política terrorista, em minha opinião.

O que se fez em todas as guerras, os Massacres de Sabra e Chatila, e outros tantos que houve na Faixa de Gaza e assim por diante não podem ser perdoados. E não são ventilados pela mídia com a devida audiência que essas questões mereceriam. Ou seja, a Intifada é pedras contra tanques e mísseis. É disso que se trata. Então, não dar direito ao povo palestino é uma excrescência mundial aceita



pelas potências. É por isso que é preciso ter essa solução política para o Oriente Médio.

O Brasil tem um papel a cumprir, Embaixador, muito grande nessa questão, como em todas as outras questões. Aí, sim, acho que não poderíamos ser negligentes em relação a essa questão, a defesa de um Estado palestino na região e o fim do sofrimento desse povo, definitivamente. Essa é uma primeira questão.

A segunda questão é que acho que tivemos um fenômeno político nesses últimos anos. O fenômeno político norte-africano, particularmente, não nasceu... Veja, já houve um fenômeno político norte-africano antes, que era o nacionalismo nasserista. E o próprio Kadafi é representante disso, digamos assim, pois apesar das suas questões conservadoras, tinha um vento progressista, que nascia também da guerra de libertação da Argélia, e assim por diante. E foi sufocado. Depois da Guerra do Oriente Médio, botou-se esse títere, que dominou o Egito 30 anos com os seus seguidores, e acabou agora na Primavera Árabe. Então, nós devemos saudar a Primavera Árabe. Essa questão precisa ser saudada!

Então, esses países, desde a Tunísia, passando por todos eles, devem merecer. Principalmente os que tiveram movimento real de juventude, de organização social e popular, de resistência. Não aqueles forjados por setores das potências imperiais, como vários foram forjados. Essa é a questão. Misturavam-se questões legítimas com questões ilegítimas. Então, temos que separar as coisas.

O que aconteceu na Tunísia foi muito positivo, no Egito foi muito positivo. Na Líbia tivemos a primeira questão que se colocou em debate. Havia uma ditadura na Líbia? Sim. É real. É uma realidade, inclusive, tribal. Havia um consenso. Aliás, o Kadafi era recebido pelo Berlusconi, que depois liberou a base aérea para bombardear a Líbia direto e ir pela França. Ele era bajulado. Em seguida, ele virou o maior ditador do mundo, precisava ser derrubado. E o Obama declarou o bombardeio aqui, na visita ao Brasil, o que eu achei um absurdo, declarar o bombardeio à Líbia do Brasil, de uma tribuna brasileira. Mas eu quero dizer que existe muito cinismo na questão Líbia. Não defendo o Kadafi. Saiu de regime progressista para virar realmente um regime autoritário, totalitário. Por isso havia muita insatisfação, que foi capitalizada, mas certamente armada até os dentes.



E sou totalmente contrário à zona de exclusão aérea. Esse é o papel da OTAN, do imperialismo norte-americano e das potências. Impossível apoiar uma coisa dessas, porque hoje é a Líbia, amanhã é a Síria, e depois é qualquer outro latino-americano. Então, nós não devemos ter essa política de sermos levados pelos acontecimentos, sermos levados, inclusive, pela propaganda. Então, a questão Líbia tinha que ser resolvida pelos líbios de alguma forma. Mas da forma como foi feita, é evidente, quem ganhou a guerra não foram os líbios, foram as potências. A questão da Síria é a mesma coisa, é difícil.

Agora eu quero discordar. Quero dizer o seguinte, aí eu concordo com o Sirkis e com o Lejeune, me desculpem, mas a Síria também não é nenhum exemplo de democracia há muito tempo. Não dá. O fato de haver um germe democrático é positivo. O problema é como as coisas se desenvolvem, ter uma luta política que cria um equilíbrio, uma saída política que abre os portões ou derruba a dinastia que está lá.

Concordo inteiramente com o que disse o Hussein. O cinismo com que se trata a situação da Arábia Saudita e do Barhein para mim é espantoso! Quer dizer, quando começou a Primavera? Começou no Iêmen, e no Barhein estava todo mundo na praça, entraram as tropas da Arábia Saudita e acabaram com a brincadeira. Ninguém falou nada! A grande mídia mundial não falou nada. Não precisava ter democracia no Barhein, nem na Arábia Saudita, diga-se de passagem.

Então, acho que essa questão da Líbia está turvada por muitos interesses. É evidente, sim, que eles estão sendo armados pelas potências, que não dá para perceber exatamente, Sirkis, qual é o movimento real, quem é a oposição de verdade lá. Qual é a oposição que eu diria legítima? Independente de a gente gostar ou não gostar, você tem uma oposição legítima, mas não armada de fora. Por isso a questão é complexa.

Vou finalizar, Sr. Presidente, dizendo o seguinte: além de tudo, existem os interesses econômicos e a situação estratégica da Síria. O Porto de Tartus tem uma importância fundamental, estratégica, no Oriente Médio. Temos todo esse equilíbrio instável que existe no Oriente Médio e também entre a velha Guerra Fria, Estados Unidos e a Rússia. E agora temos a presença da China, que evidentemente tem enormes interesses econômicos no mundo todo e tem um impacto sobre isso.



Queria finalizar dizendo o seguinte. Concordo com as iniciativas que o Brasil tem tomado, particularmente no Irã, foi positiva. O Brasil está certo, um País do tamanho do nosso, com a economia que tem, com a relevância, com o poder estratégico que tem, tem, sim, que ter iniciativas políticas e de paz, iniciativas de paz.

Então, a entrada e as decisões que o País toma em matéria de relações internacionais não podem ser pressionadas pela mídia brasileira — minha opinião. Elas têm que ser tomadas com a prudência necessária, em nome da democracia e da paz, e da paz. Então, em qualquer intervenção nova, como foi no Iraque, seja no Irã, seja na Síria, parece-me que é preciso, sim, continuar o processo. Rigorosamente, quero deixar minha posição clara: não concordo que haja uma democracia na Síria. Existe lá uma dinastia que se fechou. E mais, nunca foi um inimigo frontal dos Estados Unidos, não. Quem pensa assim se engana. Ela faz parte do equilíbrio, do *establishment*, no Oriente Médio, desde 1967.

Finalizo dizendo que não é mais apenas a questão do petróleo, existe a questão da água no Oriente Médio, a questão palestina misturada. As Colinas de Golan têm um peso muito grande nessa questão.

Por isso esse debate é complexo.

Quero parabenizar mais uma vez V.Exa. por ter puxado o assunto na nossa Comissão.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Perpétua Almeida) - Muito obrigada, Deputado Ivan Valente.

Agora vamos encerrar a nossa Mesa da manhã com o Embaixador. O debate é necessário e salutar. Essa é a responsabilidade da Comissão de Relações Exteriores, ou seja, proporcionar esse debate, inclusive não só com Parlamentares se posicionando, mas com a sociedade que aqui também está, e até com opiniões diferentes. Faço questão de encerrar com a posição do Embaixador, porque ele é o representante brasileiro para os assuntos do Oriente Médio. É sempre importante reafirmarmos qual é a posição do Brasil nessa situação para aquela região.

Eu quero lembrar que a Mesa da tarde é sobre os meios de comunicação em zonas de conflito e a luta pela paz. Nós teremos aqui o Samir, representante da



*Folha de S. Paulo*; o Marcelo Rech, analista político e especialista em defesa de todo o Inforel, e ainda a Socorro Gomes, ex-Deputada Federal e representante do CEBRAPAZ.

Com a palavra o nosso Embaixador.

**O SR. CESÁRIO MELANTONIO NETO** - Obrigado, Sra. Presidente. Como sempre, sobre o Oriente Médio é muito difícil tentar resumir uma discussão tão longa, complicada e sofisticada. Na posição de representante brasileiro para os assuntos do Oriente Médio, e aqui vários colegas Parlamentares, do Itamaraty, professores universitários já se referiram, vou começar essa conclusão pela questão do interesse nacional brasileiro.

O Brasil, como todo País emergente e que ocupa mais espaço no cenário internacional, político, econômico e culturalmente, tem evidentemente interesse, que é natural e legítimo, em acompanhar de perto as questões do Oriente Médio, e tem o interesse maior do que esse. Talvez fosse exagerado dizer que o Brasil — já houve a referência aqui do Thiago ao *soft power* — tenha poder no Oriente Médio, não acredito ainda, talvez um dia possa ter, para mediar conflitos, ou moderar conflitos. Acho isso ainda muito ambicioso para o Brasil.

O Brasil, não tenho dúvidas, já tem poder para ser um facilitador, não sozinho, mas com outros países. E aqui já houve diversas referências, a última delas do Deputado Alfredo Sirkis, mas vários outros que comentaram esse debate sobre o Oriente Médio fizeram referência à tentativa de acordo com o Irã, encabeçada pela Turquia e o Brasil, em maio de 2010.

Eu gostaria de trazer aqui um elemento novo, de 2012, sobre esse assunto. Em recente visita do Ministro Patriota a Estocolmo, o Brasil, através do Ministro, identificou, em discussões sobre a questão de não proliferação nuclear, ou desnuclearização do Oriente Médio e o dossiê nuclear iraniano, posições muito próximas e similares com a Suécia.

E agora, o Brasil, que já tem esse tipo de diálogo sobre a questão nuclear no Oriente Médio em geral, não só a questão iraniana ou a questão de Israel, a desnuclearização do Oriente Médio, tem uma sintonia fina muito boa com a Turquia, e nós vamos somar esforços, isso já foi divulgado de forma oficial recentemente,



com a Suécia, um país europeu, não membro da União Europeia, que tem a mesma visão sobre esse problema que o Brasil e a Turquia têm.

Portanto, os países que têm esse tipo de visão, como o Brasil e a Turquia e agora a Suécia, não estão tendo a sua posição enfraquecida com relação a esse tema. Ao contrário, com a vinda da Suécia para esse grupo, estão tendo a posição reforçada. E sempre pensando no Oriente Médio, em que décadas ou séculos ou milênios não resolvem questões, um esforço desse, compartilhado entre o Brasil, a Suécia e a Turquia, é importante, porque 2 anos é um período muito pequeno, já que essa questão dura mais de 30 anos.

Como eu comecei com o tema da centralidade, vou terminar também com um elemento sobre a centralidade do Egito no Oriente Médio. O Egito, durante os 30 anos de Mubarak, a que o Deputado Valente fez referência, e eu concordo plenamente, perdeu a centralidade. O maior país árabe, com história, economia, população e cultura importantíssimas, perdeu a centralidade, porque o antigo Governo egípcio atrelou o interesse nacional egípcio ao interesse nacional de outros países, sobretudo dos Estados Unidos e de Israel, claramente. Isso é inegável para quem morou e trabalhou no Egito.

Com isso, o Egito perdeu a política externa independente. E ao perder a política externa independente, perdeu centralidade para outros países, que eu já citei, que têm uma política externa mais independente com relação a alguns países da União Europeia, aos Estados Unidos e Israel.

O Egito agora mudou claramente de posição, e, certamente, acredito, vai continuar mudando na direção de uma política externa mais independente, que atende mais aos interesses nacionais do Egito e menos aos interesses nacionais de outros países.

Eu sempre acho legítimo que cada país defenda o seu interesse nacional e cada um tem que respeitar na discussão diplomática o interesse nacional do outro país. Mas eu não acredito que um país possa emergir, ou reemergir, ou ocupar espaço no mundo, se não tiver uma política externa independente como o Brasil tem hoje.

A questão de Israel e do Irã, a questão nuclear e o tema central de Israel e Palestina.





Tantos os palestrantes aqui e pessoas que comentaram já citaram esse assunto. Eu queria mencionar o seguinte: o Governo brasileiro tem consciência de que o problema central do Oriente Médio é Palestina/Israel e de que, apesar de todas essas enormes e profundas importantes crises, a ameaça de Israel atacar o Irã, a questão da Síria, da Líbia, do Iraque, do Iêmen, Bahrein, etc., o Brasil não esquece que o tema fundamental é Palestina/Israel. E a nossa diplomacia, se a observarmos de perto, tem sempre batido nessa tecla. Nós temos todo o interesse nos outros dossiês gravíssimos do Oriente Médio, mas não vamos esquecer que o tema da Palestina com Israel é o fundamental. Em todos os fóruns internacionais o Brasil tem insistido nisso. Insistimos, por intermédio da Presidente Dilma Rousseff, não só nas duas últimas assembleias gerais das Nações Unidas, mas agora no início deste mês em Lima, no discurso da ASPA, da reunião de cúpula dos países sul-americanos com os países árabes, de novo o Brasil voltou em dar prioridade a essa questão.

E como eu disse agora, no final de novembro, nos dias 29 e 30, a delegação brasileira nas Nações Unidas vai dar de novo, como deu no ano passado, enorme importância ao acompanhamento dessa questão.

Respondendo ao Deputado Alfredo Sirkis, claro, como todos sabem, o Brasil é favorável à solução, caso possível, com dois Estados.

A questão dos assentamentos, só para resumir num dado matemático muito simples. Quando Osvaldo Aranha presidiu, em 1948, a Assembleia Geral das Nações Unidas e houve a resolução das Nações Unidas sobre a criação do Estado de Israel, vamos dizer que aquele território foi dividido em 50% e 50%. Hoje, dos 50% destinados a um futuro Estado da Palestina, a Palestina tem 22% como Hussein disse. Então, quer dizer, já está com 78%, sobraram 22%.

Eu não vou me alongar, mas só esse fato que muitos aqui conhecem mostra como a questão é premente.

Vou finalizar com tema que acho mais importante para o Brasil no Oriente Médio, porque vai além do Oriente Médio e cola 100% no interesse nacional brasileiro no mundo. E aí volta a questão da tentativa de acordo no setor nuclear do Irã com a Turquia e agora um esforço conjunto com a Suécia. Trata-se do problema do monopólio de meia dúzia de países, desde a Segunda Guerra Mundial — isso



tem a ver, claro, com a reforma do Conselho de Segurança —, sobre as questões de segurança e paz.

Então, o que houve realmente, na minha leitura, na tentativa do acordo com o Irã? Pela Turquia e pelo Brasil, e agora uma discussão a que se soma a Suécia, é que países emergentes ou não emergentes, mas que não pertencem ao grupo de quatro, cinco, seis, meia dúzia de países que detêm o monopólio sobre a discussão e a solução dos grandes problemas da paz e segurança internacionais, é o tema fundamental desta discussão que extrapola o Oriente Médio. É a questão de: os países emergentes vão colocar ou não o pé na porta? A segurança dos países internacionais diz respeito a 200 países e não a meia dúzia. Essa é a questão fundamental: que o Brasil utilize a sua capacidade ou seu *soft power* para facilitar temas no Oriente Médio, mas isso nos dê acesso a que no futuro o Brasil e outros países tenham maior participação na questão da paz e segurança internacional e que esse monopólio de meia dúzia de países sobre a paz e segurança internacionais termine.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Perpétua Almeida) - Muito obrigada, Embaixador.

Gostaria de agradecer às senhoras e aos senhores a presença. Antes de encerrar, lembro que a Mesa das 14h30min será sobre cobertura jornalística em áreas de conflito e a luta pela paz mundial.

Muito obrigada. Até às 14h30min.